

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO  
PROJETO EXPERIMENTAL EM JORNALISMO I**

**NOTÍCIAS DO SUDÃO**

**Breve estudo sobre a cobertura jornalística do conflito no Sudão através da análise de reportagens do jornal Folha de São Paulo**

Mônica Rossi  
Porto Alegre, 2006

**MÔNICA ROSSI**

**NOTÍCIAS DO SUDÃO**

**Breve estudo sobre a cobertura jornalística do conflito no Sudão através da análise de reportagens do jornal Folha de São Paulo**

Requisito parcial para a conclusão do  
curso de Comunicação Social –  
Jornalismo

Orientação: Dr. Geraldo Valente Canali

**Porto Alegre, 2006**

Para Juliano

## AGRADECIMENTOS

À UFRGS, pelos anos de ensino gratuito.

Ao meu orientador, professor Canali, pelo apoio na realização desse trabalho.

Aos meus familiares, pelo incentivo e apoio que sempre me deram.

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo principal analisar o espaço que a Folha de São Paulo destina ao conflito que está sendo travado no Sudão, além de verificar como o assunto é abordado nas páginas do periódico. As edições dos meses de agosto, setembro e outubro de 2006 são analisadas a partir da análise de conteúdo de modo a identificar se o veículo oferece espaço suficiente para realizar uma cobertura de qualidade. Para atingir esses objetivos, foi importante compreender a atual ordem político-econômica mundial, os motivos que levam os sudaneses a estar em conflito e ainda alguns critérios de noticiabilidade.

**Palavras-chave:** Sudão; Jornalismo Internacional; Noticiabilidade.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES E TABELAS

|  |    |
|--|----|
| Figura 1: Localização geográfica do Sudão .....                        | 19 |
| Figura 2: Localização geográfica de Darfur.....                        | 23 |
| Gráfico 1: Espaço das categorias nas edições de agosto de 2006 .....   | 40 |
| Gráfico 2: Espaço das categorias nas edições de setembro de 2006 ..... | 44 |
| Gráfico 3: Espaço das categorias nas edições de outubro de 2006 .....  | 45 |
| Tabela 1: Matérias publicadas por categoria no período .....           | 46 |

## SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| 1 INTRODUÇÃO.....  | 8  |
| 2 NOVAS E VELHAS ORDENS .....                            | 11 |
| 3 SUDÃO: PAÍS EM CONFLITO .....                          | 19 |
| 3.1 Um pouco de geografia e economia do Sudão .....      | 19 |
| 3.2 Breve histórico do Sudão.....                        | 20 |
| 3.3 O conflito em Darfur .....                           | 23 |
| 3.4 Refúgio islâmico .....                               | 27 |
| 4 O NOTICIÁRIO INTERNACIONAL E A FOLHA DE SÃO PAULO..... | 28 |
| 5 METODOLOGIA.....                                       | 33 |
| 5.1 Organizando o estudo.....                            | 35 |
| 6 ANÁLISE DAS EDIÇÕES DA FOLHA DE SÃO PAULO .....        | 38 |
| 7 CONCLUSÃO.....   | 47 |
| REFERÊNCIAS .....  | 53 |
| ANEXO.....   | 54 |

## 1 INTRODUÇÃO

Hotel Ruanda, filme de Terry George que tem como pano de fundo a história do mais recente genocídio humano ocorrido no coração do continente africano, estreou no Brasil em agosto de 2005. Acesas as luzes do cinema onde assisti a película, o choque inicial diante das informações e imagens do massacre de cerca de 800 mil pessoas em 1994 cedeu terreno a muitas dúvidas e inquietações. Uma pergunta surgiu. Por que eu nunca soubera daquilo?

Comecei a buscar em minhas lembranças alguma imagem de televisão ou fotografia de jornal sobre o massacre, mas nada recordei. A mais remota imagem da África que tinha guardada era a de crianças esqueléticas morrendo de fome na Etiópia. A mais remota imagem de guerra ou conflito da qual lembrava eram os mísseis "verdes" que cruzavam o céu do Golfo Pérsico na tela da televisão. Isso foi em 1990, eu tinha 7 anos de idade. Então, em 1994, quando milhares de tutsis foram assassinados a golpes de facão pelos hutus, eu tinha 11 anos. Já estava mais velha e mesmo assim de nada lembrava. Lembrava sim dos gols do Brasil na Copa do Mundo. Quem sabe, naqueles meses de abril, maio e junho, a televisão brasileira estivesse mais interessada em repercutir os acontecimentos relacionados à edição de uma Copa do Mundo num país com pouca tradição futebolística, porém um dos grandes núcleos midiáticos e nação aglutinadora de agências de notícias internacionais, do que se estender sobre a divulgação de notícias a respeito de um genocídio nos confins da África.

Foi diante desse questionamento bem pessoal que resolvi buscar na imprensa escrita da época as matérias e reportagens sobre o conflito em Ruanda.

Ao conversar com meu orientador, veio a decisão de analisar um conflito mais recente e seu espaço na grande mídia impressa brasileira. Notadamente, na época o genocídio em Ruanda foi ignorado pela grande imprensa, muito porque o fato também foi ignorado pelas grandes potências mundiais, inclusive pela Organização das Nações Unidas. Até mesmo o uso da palavra genocídio foi adiado muitas vezes. A Casa Branca insistia em usar a expressão "atos genocidas". O descaso com o conflito resultou em um pedido público de desculpas por parte do presidente norte-americano, Bill Clinton, em 1998. Mais de dez anos depois da morte de milhares de tutsis, a intenção é analisar um outro conflito tão sangrento quanto o de Ruanda e verificar se ele também foi ignorado pela imprensa brasileira.



Será que em uma década, um conflito africano passou a ser digno de nota nos nossos periódicos? Atualmente existem diversas guerras civis em curso no mundo. Uma delas já resultou em mais de 200 mil mortes e 2 milhões de refugiados. O conflito no Sudão segue o caminho, assim como foi trilhado por Ruanda, para tornar-se uma das grandes tragédias humanitárias da História contemporânea.

É sabido que o continente africano vem ficando à margem do processo de globalização. As dezenas de países desse imenso território não são pertinentes à economia global. Não há desenvolvimento, nem tecnologia. Muitas são as jazidas de petróleo e diamantes. Mas nem o solo imensamente rico é capaz de colocar a África no mapa geopolítico das preocupações dos chamados "países de primeiro mundo".

Assim também parece ser a relação do continente negro com a imprensa. Não há interesse em divulgar as tristezas e tragédias de ruandeses, sudaneses ou moçambicanos. Salvo quando alguma grande estrela do cinema resolve fazer uma viagem humanitária ou quando alguma calamidade climática acontece, os africanos não ocupam grandes espaços nos jornais brasileiros.

É de conhecimento geral também que nem tudo que acontece nas centenas de territórios do globo é noticiado pela mídia. Mas qual o critério de escolha das notícias na editoria internacional? Quantos e de que cor têm quem morrer para merecer um lugar na editoria Mundo dos jornais? Quando os conflitos internos do Sudão foram merecedores de espaço nos jornais impressos brasileiros? E quais temas dividiram espaço com esta cobertura? Estas são algumas perguntas para as quais pretendo buscar respostas, mesmo que parciais, com este trabalho de análise.

No primeiro capítulo do presente estudo é apresentado e discutido o referencial teórico, que servirá como suporte analítico deste trabalho. Nesse referencial, fez-se uma reflexão teórica sobre a atual ordem político-econômica mundial através da leitura da obra *Novas e Velhas Ordens Mundiais* de Noam Chomsky (1996).

No capítulo seguinte, será construído um referencial histórico sobre o conflito estudado, com dados que possibilitarão um melhor entendimento da crise no Sudão. O capítulo seguinte fala sobre o periódico nacional que serviu de suporte à busca de dados e informações sobre esse conflito, qual seja, o jornal *Folha de São Paulo*. Diante da impossibilidade de trabalhar com todos os jornais que possuem noticiário internacional, a

alternativa encontrada foi a amostragem. A escolha do jornal Folha de São Paulo se deu com base na relevância no cenário brasileiro e possibilidade de acesso às edições do periódico por meio eletrônico.

No capítulo dedicado ao referencial metodológico, este trabalho apresentará um histórico das técnicas de análise de conteúdo. Usando como base os textos de Laurence Bardin, o capítulo apresenta as escolhas feitas para esquematizar a pesquisa. As formas de categorização e justificativas para as escolhas do pesquisador compõem este referencial. É importante salientar que o olhar teórico que orientará o presente trabalho é apenas um dentre outros tantos que poderiam ter sido escolhidos.

Em seguida, os procedimentos utilizados para esta pesquisa e os resultados obtidos serão detalhados. Nesta parte do trabalho serão colocados os números e estatísticas resultantes do processo de pesquisa. Além da apresentação de algumas matérias que mereceram destaque dentro de determinadas edições do jornal Folha de São Paulo.

O último capítulo servirá para algumas considerações finais e a conclusão a partir do material estudado. Desde já é importante salientar que este estudo será uma breve análise do tema abordado, sem ter a ambição de esgotar as possibilidades de questionamento.

Este trabalho tem o objetivo, portanto, de fornecer uma contribuição ao campo de estudo das comunicações. Não é sua pretensão encerrar o assunto da cobertura internacional da imprensa escrita brasileira, mas sim apontar algumas questões muitas vezes esquecidas dentro do próprio jornalismo. Prova disso é a escassez de bibliografia específica sobre o assunto com o qual o pesquisador, interessado no continente africano e no olhar jornalístico sobre ele, se depara ao iniciar seu estudo.

## 2 NOVAS E VELHAS ORDENS

As considerações teóricas desenvolvidas no âmbito deste capítulo são baseadas na obra *Novas e Velhas Ordens Mundiais*, escrita em 1996 pelo norte-americano Noam Chomsky, lingüista e estudioso das relações internacionais. A escolha desta obra para servir como referencial bibliográfico norteador de minha análise é somente uma dentre tantas outras alternativas que poderiam ter sido seguidas, mas trata-se de uma escolha realizada durante o processo de pesquisa, a qual acredito ser adequada para o alcance dos objetivos que me proponho perseguir.

Noam Chomsky (1996) afirma que a Guerra Fria foi uma justificativa fácil e amplamente usada para explicar ações criminosas empreendidas pelas duas superpotências da época, Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). As atrocidades cometidas podiam ser justificadas por certos temores exagerados do passado, logo relegados ao segundo plano até que a cena começasse a ser reprisada. A queda do Muro de Berlim, ocorrida em 1989, pode ter dado a falsa impressão de um novo tempo, com novos ideais. Mas para o crítico voraz da postura norte-americana, as novas "cruzadas" iniciadas na década de 1990 não se diferenciam das antigas brigas compradas pelos Estados Unidos. O rápido esquecimento dos acontecimentos históricos é um dos facilitadores para essa postura.

Um corolário útil é que os problemas enfrentados pelas vítimas de nossas depredações - vietnamitas, cubanos, nicaragüenses e uma multidão de outros - são culpa delas mesmas, pois qualquer coisa que tenhamos feito é hoje relegado à antiga e irrelevante história. Uma postura idêntica tem sido freqüente, tão comum como as formas mais tradicionais de colonialismo são trocadas por modos mais eficientes de subjugação. (CHOMSKY, 1996, p.12).

Nem havia terminado o trabalho das picaretas em Berlim, e os estadunidenses já estavam à procura de um novo e poderoso inimigo, que podia ser encontrado nos terroristas internacionais, nos narcotraficantes, nos fundamentalistas islâmicos ou mesmo nos agitadores do Terceiro Mundo. Segundo Chomsky (1996), a categoria terrorismo internacional estava livre de qualquer responsabilidade norte-americana, pois ela já havia sido apagada de sua história e confortavelmente esquecida pela imprensa e pensadores de mundo acadêmico.

Ao mesmo tempo, surgiam no mundo "apelos por uma Nova Ordem Mundial" (CHOMSKY, 1996, p.15). Um dos mais importantes, segundo o lingüista, foi escrito pelos mais renomados economistas do Terceiro Mundo, reunidos na chamada Comissão Sul. Diante do abismo entre o Norte e o Sul do planeta, os estudiosos reavaliaram as relações sedimentadas pelo capitalismo.

A Comissão Sul observa que houve alguns gestos em direção aos interesses do Terceiro Mundo nos anos 70, 'indiscutivelmente estimulados' pela consciência da 'recém-encontrada assertiva do Sul depois da elevação do preço do petróleo em 1973'. À medida que esse problema diminuía e as condições de comércio retomavam seu desvio de longa duração a favor das sociedades industriais, os centros do poder industrial perderam o interesse e voltaram-se para 'uma nova forma de neocolonialismo'. (CHOMSKY, 1996, p.15).

Por esse movimento, as grandes potências estavam mais uma vez com o domínio do cenário econômico mundial e seguindo no caminho de solidificar a vocação dos países do Sul para a pobreza e o sub-desenvolvimento.

Conforme o autor (CHOMSKY, 1996), a Comissão Sul reclamava uma nova ordem mundial onde imperasse a justiça e a inclusão do Sul na sociedade mundial. Apesar do apelo, a atenção e o espaço na mídia que esse clamor teve na época já denunciava as perspectivas para os países do Terceiro Mundo na era da globalização. A notícia passou silenciosamente ao esquecimento, já que o Ocidente seguia a visão proferida por Winston Churchill logo após a segunda grande guerra (1939-1945): "O governo do mundo deve ser confiado às nações satisfeitas, que não desejam para si nada que já não tenham tido. [...] Nosso poder nos pôs acima do restante. Éramos como homens ricos morando em paz dentro de suas habitações." (CHURCHILL, 1951<sup>1</sup> apud CHOMSKY, 1996, p.15).

Chomsky repudia o pensamento do líder britânico, afirmando que as nações poderosas nunca se encontram satisfeitas com o que possuem. Para os ricos sempre existe algo mais a ser conquistado. Além disso, o autor revela que não há pasteurização entre os muito ricos ou os muitos pobres, mas sim diversas gradações de privilégios e poderio. É nesse momento de sua obra que o lingüista oferece as linhas condutoras da ordem mundial.

---

<sup>1</sup> CHURCHILL. **The Second World War** - volume 5. Houghton Mifflin, 1951. 382p.

Os homens ricos das sociedades ricas são os que dirigem o mundo, competindo entre si por uma maior porção de riquezas e poder e impiedosamente suprimindo aqueles que ficam em seu caminho, auxiliados pelos homens ricos das nações famintas que dão seu lance. Os outros servem, e sofrem. (CHOMSKY, 1996, p.16).

Sobre a parceria dos Estados Unidos na tarefa de manter as nações pobres sob seu domínio, o autor lembra uma frase proferida por Lloyd George, homem de estado inglês, na qual ele afirmava que a Grã-Bretanha sempre insistiu em reservar-se o direito de assassinar negros com bombas. O uso de armas químicas também foi autorizado, em 1919, na ânsia de manter o Oriente Médio obediente aos mandos do então secretário de Estado no Ministério de Guerra, Winston Churchill.

Mais recentemente, durante a guerra do Golfo, os ingleses não viram com alarde nenhum o bombardeio das cidades árabes, já que era certo entre os parceiros americanos o uso da força contra povos do além-mar, como africanos, chineses e indianos.

Para o editor do Sunday Telegraph, citado em Novas e Velhas Ordens Mundiais, a tarefa britânica nos pós-Guerra Fria era auxiliar a construir e sustentar uma ordem mundial estável que permitisse o avanço das economias mundiais sem interrupções e ameaças do Terceiro Mundo. Para Chomsky (1996), essa afirmação é mais um indício de que a nova ordem não se diferencia muito da velha ordem. Essa missão de guardião do mundo também foi confiada pela imprensa aos Estados Unidos.

Nesse contexto, a tomada da expressão nova ordem mundial pelo presidente George Bush na decisão de invadir o Golfo Pérsico não foi uma surpresa para Noam Chomsky. O presidente estadunidense se apoderou da expressão e levou junto com ele todo o apoio dos senhores do poder de seu país. Mídia, intelectuais e acadêmicos estavam ao lado do presidente nessa nova cruzada. "É o apelo de George Bush por uma 'nova ordem mundial' que ressoava, não o pedido queixoso do Sul, nem ouvido nem relatado." (CHOMSKY, 1996, p.19).

A política de "cuidar e zelar" pelo Oriente Médio foi escolhida pelos que se diziam fundadores da nova ordem mundial como bandeira e carro-chefe. Mas algumas vezes ressoaram na contra-maré.

A notícia não foi uma surpresa no Sul, que não tomou parte no triunfalismo do dia. Numa típica reação, o Times of India observava, poucos dias depois de a Nova Ordem Mundial ter sido grandemente proclamada, que o Ocidente procura 'uma Yalta regional em que as nações poderosas entrem em acordo entre si a fim de dividir o espólio árabe'. (CHOMSKY, 1996, p.19).

O uso de força militar no Oriente Médio era só mais uma demonstração de que a nova ordem nada tinha de inovadora ou diferente. E a reação do Sul a essa decisão era mais um indicador de que as relações colônia x colonizador tradicionais ainda se mantinham. A voz vinda da parte meridional do mundo não foi ouvida e poucos fizeram algum esforço nesse sentido.

Na época da conquista do Kuwait havia uma real chance de a guerra ser evitada e um tratado de paz ser negociado, mas essa alternativa não entrou em discussão entre os senhores militares estadunidenses e da mesma maneira foi ignorada pela ampla maioria da imprensa. O autor reflete também que, se esse assunto tivesse sido discutido pela mídia, a invasão no Golfo teria sido rechaçada pela população. Segundo pesquisas da época, os norte-americanos estavam divididos entre a melhor saída para a questão: tratado de paz ou invasão de um país estrangeiro. Sobre a falta de informação ampla e irrestrita da população na época, Chomsky (1996, p.23) afirma "é tarefa da erudição responsável manter tais assuntos longe do conhecimento do público".

Os Estados Unidos preferiam um Iraque unido nas mãos do ditador, a um Iraque fragmentado na mão de outros senhores. A preferência era pela estabilidade. E foi por esse motivo que pouco se fez quando o ditador empreendeu ofensivas contra os curdos e xiitas. Já o conflito entre turcos e curdos, que se desenrolava na mesma época, foi ignorado pela mídia norte-americana. Como ainda hoje acontece, segundo Chomsky (1996).

Em 1993, um relatório do Unicef (Fundo nas Nações Unidas para a Infância) denunciava a situação precária de vida das crianças no Iraque. Havia desnutrição, epidemias e altas taxas de mortalidade infantil. As conclusões mal foram notadas tanto pelo governo de Bush como pela imprensa.

A troca do presidente na Casa Branca em 1994 não alterou a disposição do país em manter-se como zelador da nova ordem mundial. Bill Clinton, logo que assumiu o poder,

comandou uma ação de retaliação a um suposto atentado contra o ex-presidente George Bush, na qual civis iraquianos foram mortos pelos mísseis norte-americanos.

Nesse ponto, entramos em um mundo que é realmente 'surreal', não necessitando de comentário, embora suas normas sejam claras o suficiente: assassinatos, terrorismo, tortura e agressão são crimes que devem ser severamente punidos quando os alvos são pessoas importantes. [...] São tão auto-evidentes essas verdades, que o apoio chega a cem por cento em reportagens e comentários ao ataque de Clinton. [...] Os governantes de qualquer Estado totalitário ficariam impressionados. (CHOMSKY, 1996, p.37).

Para o governo Clinton, poupar a vida de civis inocentes não era mais importante do que dar segurança aos pilotos dos esquadrões aéreos que bombardearam casas civis. "O princípio operacional é muito mais geral: a vida humana tem valor na medida em que contribua à riqueza e ao poder dos privilegiados. Os interesses dos homens ricos que governam o mundo é que determinam os contornos básicos da política." (CHOMSKY, 1996, p.38). Essa doutrina foi bem aplicada no trato com ditadores como Saddam Hussein, do Iraque, e o general panamenho Manuel Noriega. Os dois foram bons aliados enquanto serviram aos desejos americanos.

A ignorância da imprensa se repetiu ainda no caso do Timor Leste. Os massacres indonésios no país eram desconhecidos do noticiário estadunidense. "Durante os piores anos da agressão Indonésia, a mídia observou com um silêncio apropriado ou transmitiu mentiras oficiais", diz Chomsky (1996, p.15). Anos depois, o território veio a ser conhecido e desfrutado por americanos e ingleses interessados nas jazidas de petróleo.

Outro bom aliado do governo do Estados Unidos foi o ditador angolano Jonas Savimbi, deixado livre para executar crimes e chacinas desde que não interferisse nos objetivos do Ocidente. Segundo o lingüista (1996), os motivos que levam ou não os EUA a entrar em ação para resolução de conflitos estrangeiros raramente são operacionais. Ele ainda reforça a idéia de que o Iraque foi só um primeiro teste pelo qual passava a chamada nova ordem e que esse conflito comprovou que o governo estadunidense continuava a ser um Estado que usava da violência e não seguia as regras internacionais para resolução de conflitos. Outra conclusão que esse fato gera, é que a conduta seguida pelos Estados Unidos seguirá sendo sempre a mesma e não será punida, já que não há limites cabíveis ao exercício de seu poder:

Temos de nos voltar aos ditadores do Terceiro Mundo para ouvir os truísmos que são suprimidos em sociedades civilizadas: a Nova Ordem Mundial é 'nova' somente porque ela adapta as políticas tradicionais de dominação e exploração a contingências, de alguma forma, modificadas; ela é muito admirada pelo ocidente por ser reconhecida como um esquema que mantém 'os países e os povos do mundo' em seus lugares apropriados. As garrafas podem ser novas; o vinho, entretanto, é de uma velha safra. (CHOMSKY, 1996, p.40).

O desprezo pelos valores democráticos alheios, uma característica da sociedade norte-americana, continuava a ser um integrante do modo de organização e de ação do Ocidente. O fim da Guerra Fria só passou a exigir novas explicações para fundamentar as ações do Pentágono. Ao após ano são enviados relatórios ao chefe do governo norte-americano onde são explicitadas diversas razões que demonstram o quão perigosas são as ameaças enfrentadas pelos EUA e o quanto é preciso investir para manter essas ameaças sob controle. "Os quais, incidentalmente, sustentam a indústria de alta tecnologia interna e a 'justa repressão' externamente". (CHOMSKY, 1996, p.93).

O Iraque foi só a primeira demonstração dessa nova fase, na qual os EUA têm que manter a atenção sobre possíveis ameaças estrangeiras. Era preciso se preocupar com o Terceiro Mundo. Era na parte sul do globo que se encontravam os novos perigos.

E, tendo-se em mente a 'crescente sofisticação tecnológica dos conflitos do Terceiro Mundo', os Estados Unidos devem alargar sua 'base industrial de defesa' - um eufemismo para a indústria avançada de metalurgia, aeroespacial e eletrônica em geral - com subsídios e incentivos do Estado 'para investir em novos recursos e equipamentos tanto quanto na pesquisa e no desenvolvimento'. (CHOMSKY, 1996, p.93).

O saldo dessa nova era, surgida com o fim do bilateralismo da Guerra Fria, foi satisfatoriamente rentável para as nações que estavam com as rédeas de seu desenvolvimento. Foi, especialmente, positiva também para as grandes corporações, que viram seus negócios crescer aceleradamente. Segundo Chomsky (1996), é difícil imaginar um outro sistema ou outras medidas que funcionassem tão bem como as adotadas pelos Estados Unidos com a queda do Muro de Berlim.

Se os vitoriosos são os mesmos da velha ordem, é de se esperar que as vítimas ou os países que saíram perdendo com a nova era fossem os mesmos. Para o estudioso (1996, p.165), "os efeitos para o Terceiro Mundo foram o que se poderia esperar, tornando-se ainda mais duros nos anos recentes. O Programa de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas



(UNPD) relatou que o abismo entre as nações ricas e pobres dobrou de 1960 a 1989". Essa situação foi resultado das políticas impostas aos países pobres pelos detentores do poder e do capital. Um exemplo disso são as metas e mudanças estruturais exigidas para concessão de empréstimos pelo FMI (Fundo Monetário Internacional) e pelo Banco Mundial. Muitas vezes, os recursos desses generosos empréstimos acabavam sustentando algum oligarca, mas quem acabava ficando com o ônus da dívida eram os pobres de cada uma dessas nações. Essa dívida e o seu possível perdão tornaram-se instrumentos para assegurar a obediência dos países do Terceiro Mundo. Citando um ministro inglês, Chomsky reitera, o perdão da dívida não é uma opção para aliviar as mazelas das nações pobres, mas sim um meio de satisfazer os interesses políticos dos governos ocidentais.

Uma das nações que sofreram com os ajustes impostos pelos Estados Unidos, segundo o autor, foi a África do Sul. Esse país continua em desenvolvimento, mas sofre com numerosos problemas, como as epidemias. Falando de relatórios assinados por Hiroshi Nakajima, diretor da Organização Mundial da Saúde, Chomsky, expõe a situação de boa parte dos países do continente africano. "Uma tragédia que se pode evitar porque o mundo desenvolvido tem os recursos e a tecnologia para dar fim às doenças comuns em todo o mundo, mas falta-lhe o desejo de ajudar os países em desenvolvimento." ( HAITI INFO, 1993<sup>2</sup> apud CHOMSKY, 1996, p.167) Para Chomsky, a Casa Branca não teria dúvida em descrever essa política como genocídio se ela fosse obra de algum adversário oficial. Os direitos humanos passaram a ter valor de instrumento político para propaganda e somente isso.

No decorrer da obra, Chomsky (1996) faz perguntas que considera primordiais para o futuro. Para ele, deve-se sempre pensar se será possível construir uma nova era baseada na democracia, liberdade e justiça a partir das estruturas atuais do Terceiro Mundo, com bolsões de miséria e exclusão, com poucos ricos cheios de privilégios e a maioria vivendo à margem da sociedade, dominados pela violência.

Chomsky (1996, p.335) afirma que "um pré-requisito para qualquer progresso sério é o desmantelamento de estruturas repressivas e autoritárias, a criação de uma atmosfera de tolerância e de defesa da liberdade de expressão". Para ele, a Nova Ordem Mundial é muito como a velha, com uma nova aparência. O abismo entre pobres e ricos está cada vez maior.

---

<sup>2</sup> HAITI INFO, 23 de maio de 1993.

Não há grandes e significativas mudanças. Em sua conclusão, o lingüista reafirma que as regras básicas da ordem mundial se mantiveram como sempre foram. Para ele, o governo da lei continuava sendo aplicado para os fracos e o governo da força para os fortes. "Os princípios de 'racionalidade econômica' para os fracos, o poder e a intervenção do Estado para os fortes." (CHOMSKY, 1996, p.335). Os Estados Unidos continuaram a apoiar ditadores em países longínquos quando esses podiam garantir favores e benesses aos investidores estrangeiros e os retiravam do poder quando eles já não serviam aos seus desejos ou quando esses ameaçavam agir com certa independência. As intervenções de paz continuaram a ser motivadas muito mais por interesses operacionais ou de mercado do que pelo bem-estar de populações pobres e indefesas. Mas Chomsky aponta um caminho para quem não estiver disposto a manter essa estrutura: desafiar e desmascarar a autoridade ilegítima e trabalhar com outros para solapá-la e estender o escopo de liberdade e justiça.

### 3 SUDÃO: PAÍS EM CONFLITO <sup>3</sup>

#### 3.1 Um pouco de geografia e economia do Sudão

A República do Sudão está situada ao norte da África Oriental, fazendo fronteira com o Egito, Líbia, Chade, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, Uganda, Quênia, Eritreia, Etiópia e o Mar Vermelho. Seu território é de 2,5 milhões de km<sup>2</sup>, formado de planícies e terrenos férteis às margens do rio Nilo.



Figura 1: Localização geográfica do Sudão

<sup>3</sup> Durante a pesquisa um dos maiores empecilhos para o avanço do estudo foi a falta de dados históricos sobre o país escolhido. As informações em português a respeito do Sudão são quase inexistentes. Devido à precariedade de fontes como livros e revistas, esse capítulo foi baseado em alguns sites confiáveis da Internet, a maioria deles escritos em língua estrangeira. A tradução e adaptação do material foram feitas durante o transcorrer da pesquisa.

Os sites usados como referência foram: War News - portal italiano que reúne, desde 2003, textos de jornalistas baseados em diversos países que escrevem voluntariamente sobre guerras e acontecimentos sócio-políticos relevantes. Sua atualização é diária e possui bom material sobre os conflitos africanos; Peace Reporter – portal sediado na Itália com textos atualizados sobre a maioria das zonas em guerra no mundo. É administrado por jornalistas italianos e tem cooperação de várias entidades humanitárias e diplomatas de muitas nacionalidades; Unicef – site da agência da ONU que promove a defesa dos direitos das crianças. O site em italiano traz informações da crise em Darfur, principalmente sobre a situação de crianças e mulheres nos campos de refugiados. O Unicef mantém uma campanha permanente no site em busca de doações para as campanhas do órgão na região; e BBC – site da rede britânica de notícias reúne diversas informações, principalmente em inglês, sobre a maioria dos conflitos africanos.

O Sudão é o maior país do continente africano em extensão e o 18º do globo terrestre. A população está estimada em 41 milhões de habitantes.

A língua oficial dos sudaneses é o Árabe. A religião com mais adeptos é o Islamismo, praticado por 70% da população, sendo que 25% dos sudaneses praticam o Animismo e os demais 5% são cristãos. A expectativa de vida é de 57 anos e a taxa de mortalidade infantil chega a 63 óbitos a cada 1.000 nascimentos. Cerca de 80% da população do país vive abaixo da linha da pobreza, milhões sofrem com a difusão de epidemias como a Aids, tuberculose e malária. Os sudaneses que vivem na região sul e na região de Darfur são os que enfrentam as mais graves fases desses problemas.

A economia do país está baseada na agricultura, que emprega cerca de 80% da população economicamente ativa. Os principais cultivos são o de algodão e o de óleo de sésamo, que respondem por 40% das receitas de exportação do país. Desde 1999, o Sudão exporta petróleo. Suas reservas, localizadas principalmente ao sul, estão estimadas em 1,6 bilhões de barris e potencial de capacidade de produção diária de 400 mil barris. A exploração desse recurso esbarra em dificuldades como a falta de infra-estrutura de transporte adequada e a instabilidade interna do país. As atividades ligadas ao comércio também são importantes, especialmente na capital, Cartum.

Desde 1996, o Sudão é uma República Constitucional, com presidente eleito por voto popular para mandato de cinco anos. O atual governante é o General Omer Hassan Ahmed Al-Bashir, no poder desde 1989. A Constituição vigente foi escrita em 1996 e promulgada em 1998. O texto estabelece o sistema judiciário baseado no código islâmico, a Sharia. A principal data nacional é celebrada no dia da independência, 1º de janeiro.

### 3.2 Breve histórico do Sudão

O Sudão tem uma história turbulenta, marcada por golpes de estado, calamidades naturais e tragédias humanitárias. Por boa parte de sua história, ficou sob o domínio do vizinho Egito. Em 1800, o norte do Sudão consistia no Império Muçulmano dos funji, que promoveu um renascimento do islamismo. Os funji foram conquistados por Mehemet Ali, do

Egito, que governou a região entre 1820 e 1830. Em 1874, Khedíve Ismail, vice-rei do Egito, ofereceu a Charles Gordon, general e governador britânico, o cargo de governador do Sudão Egípcio. Em 1881, Muhammad Ahamad declarou-se Mahdi (enviado divino, de acordo com os ensinamentos islâmicos) e liderou uma revolta islâmica no Sudão. A escravidão da população negra da parte meridional piorou as relações entre norte e sul. O poder de Mahdi resiste até 1898, quando ele é vencido por uma força anglo-egípcia. Em 1899, os militares ingleses impuseram seu regime de soberania em conjunto com os egípcios, mas, na prática, o território foi colonizado pela Inglaterra. O Sudão permaneceu sob o poder britânico, como o resto do Egito, até o final da Segunda Guerra Mundial. Em 1953, o governo do Cairo decide pela união oficial dos dois países, união que durou poucos anos. Em 1954, após uma onda de protestos nacionalistas, nascia o Parlamento sudanês, marcando o início do processo de independência, obtida em 1º de janeiro de 1956.

O novo governo é composto por representantes da elite urbana de Cartum, de origem árabe, grupo que dominava a capital e toda a região norte do país. A metade sul, formada por negros africanos seguidores de costumes e religião diversos, passou a clamar por maior participação na vida política e econômica do país. No final dos anos 1950, um movimento armado separatista insurge-se contra a dominação árabe. O governo recém-formado enfrenta uma guerra civil que só terminaria em 1972. Os governantes que se seguem acabam enfrentando sempre os mesmos problemas: a estagnação econômica, uma longa guerra e a rivalidade entre sul e norte. Em maio de 1969, um golpe militar levou ao poder o Coronel Jaafar al-Nimeiri, que assinou, em 1972, um acordo de paz com os rebeldes, concedendo maior grau de autonomia à região sul e integrando sudaneses de cor negra ao sistema político.

A luta contra o separatismo teve conseqüências graves para a economia sudanesa, já debilitada pela falta de investimentos, alto preço do petróleo e catástrofes como secas e inundações. Para manter-se no poder, Nimeiri recorreu ao apoio de uma agremiação política da elite árabe, a Irmandade Islâmica. Como contrapartida a esse apoio, o Governo adotou, em 1983, a Sharia, código de direito islâmico, e o Zakat, imposto religioso.

A guerrilha sulista eclodiu novamente em 1983, tendo a sua frente o Exército de Liberação do Povo Sudanês (SPLA). Entre os motivos para a luta armada, estavam a islamização do país e a divisão administrativa imposta pelo governo. Segundo a SPLA,

Nimeiri tinha como objetivo consolidar o domínio econômico do Norte sobre o Sul, região rica em petróleo.

Em 1985, com a escalada do conflito interno e a situação econômica desordenada os militares promovem um novo golpe, com a destituição de Nimeiri e nomeação de Sadiq al-Mahdi para a presidência. Mahdi foi deposto em 1989 pelo General Omer Hassan Ahmed Al-Bashir. O novo governante suspendeu a Constituição e aboliu todos os partidos políticos, exceto a Frente Nacional Islâmica (NIF).

Após o golpe, o governo promoveu uma série de ofensivas contra a guerrilha, chegando a controlar parte do território rebelado. Apesar disso, com o apoio da Eritreia, Etiópia e Uganda, o SPLA e outras facções separatistas impuseram-se militarmente, reconquistando quase toda a região sul do Sudão. Em 1995, a Aliança Nacional Democrática (NDA), formada por separatistas integrada pelo SPLA e outros grupos guerrilheiros, lançou a Declaração de Asmara, reafirmando o direito à autodeterminação do povo sudanês.

Com um cenário interno cada vez mais complicado e o isolamento internacional, o governo buscou legitimidade promulgando uma nova Constituição e realizando eleições em 1996. Nesse pleito e no seguinte, realizado no ano 2000, o General Bashir foi reeleito presidente e o partido governista obteve ampla maioria parlamentar. As duas eleições foram boicotadas pelos grupos de oposição. Em 1997, as autoridades sudanesas iniciaram tratativas de paz com os diversos grupos rebeldes, complicadas pelas rivalidades tradicionais, de cunho étnico, religioso e tribal, e pela disputa pelo lucro do petróleo.

Em 2001, o Programa Mundial de Alimentos atendia em todo país mais de três milhões de pessoas famintas. No mesmo ano, Líbia e Egito formularam um plano para por fim aos conflitos no país vizinho. A iniciativa aceita pelo governo sudanês previa uma conferência de reconciliação nacional e uma série de reformas. A Organização das Nações Unidas (ONU) decidiu levantar as sanções impostas em 1996. Em outubro desse ano, o presidente norte-americano, Bill Clinton, nomeou um enviado especial para por fim a guerra civil. No mês seguinte, o governo de Clinton decidiu prolongar as sanções contra a autoridade sudanesa por mais um ano, acusando Cartum de sustentar o terrorismo e violar os direitos humanos.

As negociações de paz intensificaram-se a partir de 2002, quando se deu a assinatura do Protocolo de Machakos. O protocolo estabelecia que o governo mantinha o direito de

aplicar a lei penal islâmica no norte do país e as províncias do sul poderiam realizar plebiscito sobre autodeterminação seis anos após acordo de paz definitivo, celebrado em Nairóbi em 9 de janeiro de 2005. Entre 1983 e 2005 a guerra civil provocou dois milhões de mortos e quatro milhões de refugiados.

### 3.3 O conflito em Darfur

O acordo de 2005 trouxe nova esperança para a resolução dos problemas sudaneses, mas a pacificação do Sudão dependia ainda da superação da crise de Darfur, na região noroeste do país.

Em fevereiro de 2003, a região de Darfur se tornou protagonista de um novo conflito, agora entre grupos rebeldes locais e as milícias árabes chamadas de Janjaweed. As lutas ganharam tonalidades étnico-raciais, com a oposição entre árabes e africanos. Os rebeldes acusavam o governo de apoiar as Janjaweed, que saqueavam vilarejos e expulsavam os moradores para campos de refugiados. Além disso, a região se considerava excluída das ações que tentavam organizar a situação precária em que se encontrava o país.



Figura 2: Localização geográfica de Darfur

Em março de 2004, funcionários da ONU afirmaram que as Janjaweed estavam promovendo assassinatos sistemáticos de civis em todo território de Darfur. Em maio, o

governo e representantes do SPLA se reuniram no Quênia para assinar um protocolo de intenções que previa o fim da guerra civil na região. O acordo tratava ainda de questões como a divisão do poder e dos lucros obtidos com a extração de petróleo. A situação do país ficou em evidência a partir de setembro, quando o enviado da ONU afirmou que o Sudão não estava promovendo o desarmamento das milícias árabes e que o Sudão deveria aceitar a ajuda da comunidade internacional para proteção dos civis. Nessa mesma época, o Secretário de Estado dos Estados Unidos, Colin Powell, deu uma declaração onde afirmava que a tragédia em Darfur podia ser definida como um genocídio.

Dias depois, a ONU cria uma comissão para determinar se a situação na região havia se transformado em genocídio. A União Africana decidiu enviar observadores e soldados para Darfur para tentar controlar a situação. No final de 2004, governo e rebeldes prometeram mais uma vez reiniciar as tratativas de paz. Nos primeiros dias de 2005, a capital do Quênia, Nairóbi, foi palco para a assinatura do tratado de paz. Apesar dos avanços na prestação de assistência humanitária em 2004 e da expectativa de paz definitiva suscitada pelo acordo de janeiro, a situação continuou grave na região.

Um acidente, no dia 30 de julho de 2005, que levou a morte o vice-presidente e principal líder das facções rebeldes do Sul do país (SPLA), John Garang, provocou distúrbios civis na capital. O novo líder do SPLA, Salva Kiir, assumiu a vice-presidência do Sudão, no dia 11 de agosto de 2005, e assegurou seu compromisso com o Acordo de Paz de Nairóbi. Apesar de confiante com o processo de paz, Kiir via como urgente uma resposta do governo central às crises de Darfur. No dia 1º de setembro de 2005, os membros do Conselho de Segurança reiteraram seu apoio à assinatura da Declaração de Princípios no dia 5 de julho, que dava um rumo para as negociações sobre o compartilhamento da riqueza e do poder e encaminhava uma solução da crise em Darfur. Em outubro, um governo autônomo foi formado no sul do país, como previa o acordo assinado em Nairóbi. A administração ficou a cargo de líderes rebeldes.

Em dezembro de 2005, depois de vários assassinatos em sua fronteira com o Sudão, a autoridade do Chade declarou estar em estado de guerra contra seu vizinho. De um lado, o governo do Chade acusava as autoridades sudanesas de fornecer armas aos rebeldes e assim dar continuidade às instabilidades na fronteira. O governo sudanês, por sua vez, acusou as autoridades vizinhas de não respeitar as divisas e manter integrantes do exército em seu



território. Dentro do Chade, a impotência dos governantes acabou criando divisões e facilitou a formação de exércitos rebeldes dispostos a assumir o poder no país e lutar pela resolução do impasse na fronteira. A crise em Darfur extrapolava as fronteiras do maior país da África.

Em janeiro de 2006, o Unicef acreditava estar deixando de atender mais de um milhão de crianças devido à insegurança da região. O órgão também denunciava o cenário aterrador vivido pelos sudaneses refugiados nos últimos meses. Centenas de casos de estupros e de violência vinham sendo registrados, além de assassinatos de funcionários de entidades humanitárias que trabalhavam na região. Dentro dos campos de refugiados, quase dois milhões de pequenas vítimas sofriam com a desnutrição e epidemias.

Em março, a União Africana decidiu prolongar sua missão em Darfur até 30 de setembro. A previsão da entidade era preparar o terreno para no futuro sua força ser substituída pelos capacetes azuis da ONU. A permanência das tropas estrangeiras nunca foi bem vista pelo presidente e seus comandados e por parte da população.

Em maio, os principais grupos rebeldes aceitaram firmar um acordo de paz com o governo, intermediado por negociadores internacionais africanos, europeus e norte-americanos. A intenção do documento era assegurar a vida para os civis da região. Mas uma pequena parte dos rebeldes não aceitou as tratativas e prometeu continuar em luta até que o documento firmado fosse alterado. Nesses dias, a força de paz da União Africana em Darfur já somava sete mil soldados. No mês de agosto, desrespeitando o acordo de junho, o governo sudanês promoveu ataques a grupos rebeldes. As ações realizadas levam oito mil pessoas a deixar suas casas na região de Korma, interior de Darfur. O secretário-geral da ONU fez um pronunciamento condenando a quebra do acordo e afirmou ser urgente a ampliação da missão da União Africana no país. Em 31 de agosto, o Conselho de Segurança da ONU aprovou uma resolução a favor da criação da força de paz para a região.

A situação dos refugiados virou uma questão internacional. São centenas de denúncias de estupros contra mulheres e crianças, além de inúmeros casos de violência. Um relatório do Unicef de setembro de 2006 afirma que 3,5 milhões de pessoas foram afetadas diretamente pelo conflito em Darfur e 200 mil foram mortos nos combates entre milícias e rebeldes desde 2003. O número de refugiados é superior a dois milhões, só no vizinho Chade são 200 mil pessoas vivendo longe de suas casas. Dias antes de seu prazo de permanência no país acabar, a União Africana reafirmou sua decisão de deixar a região de Darfur. A organização de países

africanos insiste que a ONU assuma a missão de paz na região. Uma resolução das Nações Unidas já havia autorizado o envio de 17 mil capacetes azuis para substituir as tropas da União Africana, ação que foi rejeitada pela autoridade sudanesa.

Uma das páginas mais recentes dessa história foi escrita pelo governo de Cartum em outubro de 2006. Uma carta enviada a países árabes e africanos, advertia as nações para não enviarem soldados para uma força de paz na região de Darfur. A carta foi vista como ofensiva pelos representantes dos países-membros do Conselho de Segurança da ONU. Na mesma semana do envio desta carta, uma campanha conduzida pelo movimento não-governamental Força Tarefa de Desinvestimento do Sudão, ganhou força nos Estados Unidos. Com a assinatura de Arnold Schwarzenegger, governador da Califórnia, já são seis os Estados que aprovaram legislações para impedir negócios com o governo sudanês. Duas grandes estrelas de Hollywood estão engajadas na campanha: George Clooney e Don Cheadle. Para o jornalista Martin Plaut, da BBC, a assinatura teve um alto peso simbólico. "Ao lado do governador, estava o ator Don Cheadle, estrela do filme Hotel Ruanda. A mensagem é clara: genocídio em Ruanda, genocídio no Sudão." (PLAUT, 2006)

Em 22 de outubro de 2006, o governo do Sudão deu um prazo de três dias para que Jan Pronk, enviado especial da Organização das Nações Unidas, à capital Cartum deixasse o país. O diplomata foi acusado pelo chefe do exército sudanês de publicar informações falsas em um blog dentro do site da ONU. O enviado afirmava que o governo vinha descumprindo o último acordo e continuava a financiar a milícia Janjaweed na região de Darfur. Os comentários foram vistos pelo governo sudanês como pressão a aceitar a intervenção dos capacetes azuis no país. Jan Pronk deixou o país um dia depois do anúncio, alegando ter encontrado com o secretário-geral da ONU. Apesar de sua saída do país, Pronk continuou no cargo de enviado especial. Segundo órgãos internacionais, a violência na região está crescendo e os soldados da União Africana não têm sido suficientemente atuantes na resolução do conflito.

### 3.4 Refúgio islâmico

Osama Bin Laden, líder da rede terrorista Al-Qaeda, manteve sua base no Sudão durante o final da década de 90, até que foi convidado a deixar o país e mudou-se para o Afeganistão. O Islã foi adotado pelo governo sudanês, o que levou o país a oferecer abrigo e apoio a grupos radicais islâmicos na região. Por esses motivos, durante as invasões norte-americanas no Afeganistão e no Iraque, o Sudão foi mencionado como país suspeito de acolher células terroristas. Em abril de 2006, os Estados Unidos publicaram um relatório sobre o terrorismo no mundo. O Sudão estava entre os classificados como Estados patrocinadores do terrorismo, mas recebeu créditos por cooperar com a guerra mundial contra o terrorismo.

#### 4 O NOTICIÁRIO INTERNACIONAL E A FOLHA DE SÃO PAULO

Em sua obra *Jornalismo Internacional*, o jornalista da Folha de São Paulo, João Batista Natali (2004), afirma que os editores de exterior têm diariamente um mundo de notícias e que talvez essa seja umas das editorias que descarte em maior número os textos enviados por agências de notícia. Ao tentar definir o que é notícia, ele afirma que nem tudo o que poderia ser matéria entra nas páginas do jornal. Segundo ele, muita coisa do que hoje encaramos como sem importância pode vir a ser entendido como fundamental no futuro. A respeito disso, Natali lembra uma lista da organização não-governamental Médicos Sem Fronteira que aponta todos os anos dez grandes tragédias humanitárias que a mídia norte-americana praticamente ignorou ou deu pouca importância em sua cobertura internacional. Segundo ele, o desconhecimento voluntário ou não dessas tragédias também ocorre no Brasil em grande escala. O Sudão é um dos países incluídos na lista elaborada pelos Médicos Sem Fronteira.

Ainda na tentativa de dar uma definição para os critérios de noticiabilidade das editorias internacionais, o jornalista faz uma afirmação, segundo ele, infeliz: "queda de avião pobre em país pobre é menos notícia que a queda de avião rico em país rico." (NATALI, 2004, p.14). Para o autor essa é uma verdade, mas não explica a diferença de tratamento dado a certos assuntos nessas editorias. Outros critérios, como a acessibilidade ao fato jornalístico, são fatores que influenciam a cobertura jornalística.

Além de discussões sobre critérios de noticiabilidade, a obra traça uma linha histórica do jornalismo internacional no mundo, e, mais particularmente, desse tipo de cobertura na Folha de São Paulo. A retrospectiva histórica abaixo foi escrita com base nos conteúdos de Natali (2004) e nos textos publicados na linha de tempo histórica disponível no website da própria Folha.

A história de um dos maiores jornais impressos brasileiros iniciou em 19 de fevereiro de 1921 com a fundação do jornal *Folha da Noite*. Seus criadores foram Olival Costa e seu sócio Pedro Cunha. Em 1925, foi criada a edição matutina *Folha da Manhã*. O cafeicultor Octaviano Alves Lima comprou a empresa em 1931 e a tiragem diária dos dois jornais subiu de 15 mil para 80 mil exemplares. No ano de 1945, José Nabantino Ramos assume o controle acionário dos jornais. Segundo o website do próprio jornal, é nesse período que a

imparcialidade como política redacional passa a ser adotada no grupo. Quatro anos mais tarde, a primeira edição da Folha da Tarde começa a circular. É em 1960 que os três títulos da empresa se fundiram e nasceu o jornal Folha de São Paulo.

"[Em 1967] A Folha dá início à revolução tecnológica e à modernização do seu parque gráfico, que a colocará na liderança da imprensa diária brasileira nos anos 80. A Folha é pioneira na impressão offset em cores, usada em larga tiragem pela primeira vez no Brasil. O equipamento é composto de três impressoras Goss Urbanite, de fabricação norte-americana, com capacidade para rodar até 45 mil jornais por hora cada uma."(FOLHA, 2006).

Segundo Natali (2004), nessa época não era possível comparar a cobertura internacional da Folha com aquela feita pelo O Estado de São Paulo. O Estadão tinha tradição na área de acontecimento estrangeiros, com uma cobertura sólida e respeitada. Eram mais de dez correspondentes internacionais trabalhando e enviando reportagens de diversos lugares do mundo direto para a redação do Estadão. Até 1964 o Estado utilizava a primeira página para estampar manchetes e textos sobre o estrangeiro. O jornal tinha a cultura de valorizar o jornalismo internacional.

Por sua vez, a Folha não tinha nem de perto a importância que possui hoje no jornalismo brasileiro. O jornal contentava-se em ser um matutino honesto que fazia o possível para maximizar os escassos recursos de que dispunha na época. "Seu noticiário estrangeiro tinha dois diferenciais. O primeiro deles era um colunista que faz parte da história do jornalismo brasileiro crítico e inteligente, Newton Carlos. [...] Outro grande trunfo da Folha era ser o único jornal que comprava os serviços editoriais do vespertino Le Monde." (NATALI, 2004, p.82).

Essas duas peculiaridades da Folha davam qualidade e singularidade à cobertura internacional do periódico. Os textos do Le Monde favoreciam um enfoque mais imparcial durante a Guerra Fria, distanciando-se da corrente pró-Estados Unidos. O único problema era que a redação tinha acesso à versão impressa do jornal europeu e com dois ou três dias de atraso. Dessa maneira, só uma parte do conteúdo podia ser utilizada nas edições da Folha. Conforme relata Natali (2004), só na década de 1960 é que os poucos jornais não-franceses que assinavam o Le Monde passaram a receber as notícias por telegrama por meio de uma agência de notícias.

Na década de 60, as páginas de notícias estrangeiras da Folha tomavam como base os textos de três agências de notícias: United Press International (UPI), Agence France Presse (AFP) e Associated Press (AP). Sobre a qualidade do conteúdo publicado na época, Natali afirma: "O noticiário era puramente relatorial, com informações extraídas dos despachos das agências". (NATALI, 2004, p.83)

No ano de 1973, surge o Banco de Dados de São Paulo Ltda, que incorporou os arquivos de fotografias, textos e a biblioteca da Folha. Já na primeira metade dos anos 80, a Folha se tornou o jornal de maior circulação no país. Em 1981, o grupo lançou sua primeira sistematização de um projeto editorial. O documento tinha o título "A Folha e alguns passos que é preciso dar". (FOLHA, 2006) O texto fixava três metas a ser perseguidas: informação correta, interpretações competentes sobre essa informação e pluralidade de opiniões sobre os fatos.

Até o início dos anos 80, ocupavam as vagas de correspondentes internacionais pessoas de peso dentro do jornalismo, que geralmente escreviam textos longos com completa contextualização histórica e econômica dos fatos relatados. Os correspondentes da Folha tinham liberdade para expressar opiniões e relembrar fatos históricos. Em 1982, a Folha ainda mantinha três jornalistas no exterior: Paulo Francis, Clóvis Rossi e Cláudio Abramo. Outros três voltaram para o Brasil. Essa repatriação da editoria de Exterior ganhou a seguinte definição de Natali: "uma das vítimas da recessão econômica em que o Brasil mergulhou nos anos 80". (NATALI, 2004, p.88).

Na década de 80, a intenção de Folha, conforme o jornalista, era reforçar o conteúdo opinativo dos textos. Para isso formou uma equipe de colunistas que cumpriam a função exercida anteriormente por Newton Carlos. Nessa época, os chamados dossiês ocupavam espaço de destaque nas edições. Com uma forma parecida com a explorada por revistas, o jornal publicava uma página inteira sobre designado assunto. O tom do texto chegava a ser ensaístico. Um exemplo típico do que ficou chamado como Dossiê Folha, segundo Natali (2004), seria um balanço sobre a situação do regime apartheid na África do Sul. O redator encarregado era liberado de suas atividades do dia-a-dia por até uma semana para se dedicar ao Dossiê.

A Folha implantou seu primeiro Manual da Redação em 1984. Segundo o site do jornal (FOLHA, 2006), era a primeira vez que um manual de jornalismo condensava uma

concepção de jornal e da política editorial às fases de produção. No ano seguinte, a Folha publicou o novo projeto editorial, que tinha como objetivo implantar um jornalismo de serviço e adoção de novas técnicas visuais.

Em fevereiro de 1991, o periódico reorganizou o noticiário em novos cadernos. Além da Ilustrada, o jornal passou a contar com os cadernos Brasil, Mundo, Dinheiro, Cotidiano e Esporte. Só em 1994 é que a Folha passou a comercializar os serviços da Agência Folha. Durante as 24 horas do dia, a Agência atendia jornais, revistas, rádios e TVs de todo o Brasil. Em 1996, o periódico alcançou a tiragem de 1 milhão de exemplares distribuídos em todo Brasil. Nesse mesmo ano, o Grupo Folha lançou o Universo Online, primeiro serviço on-line de grande porte no país, que incluía notícias e serviços.

Em 2004, segundo Natali (2004), a Folha já está bem menos desinibida e se coloca entre os principais jornais do mundo. Por causa dessa postura, ela procura fazer com seus correspondentes ou redatores as coberturas e entrevistas que acredita serem importantes para a editoria Mundo. Nesse ano, a Folha se serve das agências internacionais Reuters, Associated Press, France Press e EFE para montar suas páginas de cobertura internacional. Além do Le Monde, o periódico passou a comprar os direitos de três outros jornais importantes: Independent, Financial Times e New York Times. As vantagens de poder usar os conteúdos dessas publicações são duas.

A primeira está no fato de todas elas terem colunistas ou redes de correspondentes com uma amplitude bem maior do que a da Folha. Cobrem, apesar de suas aceitáveis idiossincrasias, áreas geográficas maiores. E o que é para o New York Times noticiário interno [...] torna-se para a Folha noticiário internacional. [...] A segunda vantagem é o atual estágio da tecnologia de transmissão de informações. [...] Os jornais de outros países que tem o direito de reprodução do Independent, do Le Monde ou do New York Times recebem antecipadamente [...] os textos de publicação programada para a edição do dia seguinte. Ou seja, um jornal como a Folha pode perfeitamente entregar a seu leitor um texto que o leitor norte-americano, britânico ou francês estará lendo simultaneamente. (NATALI, 2004, p.102).

Os correspondentes no estrangeiro nesta década já não são personalidades brasileiras. O correspondente hoje é bem mais um repórter. (NATALI, 2004). Essa mudança partiu do próprio leitor do jornal que deseja forma ele mesmo opinião sobre os acontecimentos do mundo, sem ter que recebê-la por meio das frases de uma renomada cabeça brilhante do jornalismo. (NATALI, 2004). Os atuais correspondentes são jovens em início de carreira que

vão para o exterior e de lá mandam seus textos para serem lidos por uma parte minoritária dos leitores do jornal, conforme Natali. A Folha mantinha nesse ano, correspondentes em Pequim, Washington e jovens repórteres em Londres, Berlim e Paris. Mesmo que o número de jornalistas experientes no exterior tenha diminuído bastante com o passar dos anos, isso não resultou em menos qualidade editorial, segundo o jornalista. A manutenção do nível de informação deve-se muito, segundo o autor, à Internet. Por meio dela, os redatores no Brasil podem ter acesso a conteúdos escritos em diversas partes do globo pelas mais variadas fontes, além poder estabelecer contato com grandes especialistas de todos os temas. (NATALI, 2004).



## 5 METODOLOGIA

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações. (BARDIN, 2004, p.27).

A colocação de Laurence Bardin, citada acima, mostra a variedade de usos a qual se presta a análise de conteúdo. Esse foi um dos motivos decisivos na escolha do método que constituiria o presente estudo. Essa metodologia está em constante processo de aperfeiçoamento e se aplica a muitos tipos de discursos, desde cartas trocadas entre amigos até placas de sinalização. Para entender melhor o que é análise de conteúdo, este capítulo trará uma pequena revisão da evolução deste tipo de investigação científica. (BARDIN, 2004).

Em seu livro, *Análise de Conteúdo*, Laurence Bardin escreve que estudos do século XV poderiam ser entendidos como análises de conteúdo embrionárias. Para ela, o início dessa metodologia tem seu primeiro período fértil nos Estados Unidos no início do século XX. Época em que os pesquisadores estavam preocupados com o rigor métrico em análises de materiais jornalísticos, principalmente. Com a Primeira Guerra Mundial a propaganda também passou a ser alvo de análise por parte de estudiosos. O primeiro nome que marcou a história da análise de conteúdo foi o de H. Lasswell. Seu trabalho consistia em análises de imprensa e propaganda. Em 1927 ele lançou a obra *Propaganda Technique in the World War*.

A segunda grande guerra deu ainda mais impulso para este tipo de estudo, principalmente dentro dos departamentos de ciências políticas. Época em que os interessados em investigar comunicados e jornais a partir da análise de conteúdo aumentaram significativamente. Nesse período foram constituídos inúmeros estudos de jornais e periódicos. A maioria deles tinha o objetivo de localizar e apontar propaganda subversiva, principalmente as que exortavam o nazismo. No campo metodológico, um nome despontava como estudioso célebre do método: E. Berelson, que entendia a análise de conteúdo como uma técnica de investigação que tinha por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo da comunicação. Essa maneira de encarar a análises continuou em

voga na França até meados dos anos 1970. "Na verdade, esta concepção e as condições muito normativas e limitativas de funcionamento da análise de conteúdo foram completadas, questionadas e ampliadas pelos trabalhos posteriores dos analistas americanos". (BARDIN, 2004, p.16).

Nos anos 50, a análise de conteúdo ficou restrita a avanços de um certo número restrito de pensadores, sendo até abandonada por alguns deles. Mas no final dessa década, o método entra em uma segunda fase fecunda, impulsionada por estudos de historiadores, psiquiatras e lingüistas.

No plano metodológico, a querela entre a abordagem quantitativa e a abordagem qualitativa absorve certas cabeças. Na análise quantitativa, o que serve de informação é a frequência com que surgem certas características do conteúdo. Na análise qualitativa é a presença ou a ausência de uma dada característica de conteúdo ou de um conjunto de características num determinado fragmento de mensagem que é tomado em consideração. (BARDIN, 2004, p.18).

É nesse período também que o rigor estatístico é abrandado e na qual os pesquisadores iniciam análises de conteúdo para verificar as causas ou efeitos de certas características das comunicações. Já nos anos 1960, a análise de conteúdo sofre influência do início da era da informática, do "interesse pelos estudos respeitantes à comunicação não verbal e [...] da inviabilidade de precisão dos trabalhos lingüísticos". (BARDIN, 2004, p.19). Época que os estudos da semiologia e da lingüística foram decisivos na evolução da análise de conteúdo.

Escolhe a técnica da análise de conteúdo aquele pesquisador que quer ver além das frases impressas em papel jornal. Aquele que se recusa a aceitar leituras fáceis e rápidas dos conteúdos veiculados em jornais e impressos. (BARDIN, 2004). Este estudioso deve perseguir uma atitude de vigilância, sem cair na comodidade de somente elencar números e estatísticas. Para Bardin (2004), o método corresponde a dois objetivos: a superação da incerteza e o enriquecimento da leitura. Portanto, o pesquisador deve se perguntar se sua análise das mensagens é partilhada por outros, se sua leitura é possível de ser entendida por um número diverso de pessoas, e se a leitura mais aprofundada de um texto pode aumentar sua pertinência e relevância.

Bardin segue dizendo que a análise de conteúdo não tem uma fórmula pronta, adaptável a qualquer estudo. O que ela tem são bases a serem seguidas e que podem se

adequar ao objetivo perseguido. Segundo ela, a técnica "tem que ser reinventada a cada momento".(BARDIN, 2004, p.16).

### 5.1 Organizando o estudo

Para Laurence Bardin (2004), a análise deve ser iniciada a partir do contato com os documentos. O analista deve tomar conhecimento do texto, deixando-se invadir por impressões e orientações. A seguir, o pesquisador deve fazer a escolha dos documentos. "O corpus é o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos. A sua constituição implica, muitas vezes, escolhas, seleções e regras." (BARDIN, 2004, p.90). O documento usado como universo de pesquisa no presente estudo é o jornal Folha de São Paulo, que é atualmente um dos jornais com maior circulação no país, além de ter uma das duas maiores tiragens entre os jornais de distribuição nacional. Além disso, o diário reserva um espaço considerável para assuntos internacionais, aspectos já mostrados no capítulo de revisão histórica da Folha. Dessa maneira, a justificativa para essa escolha é a facilidade de acesso ao conteúdo do periódico por meio da Folha On-line e sua representatividade entre os órgãos de imprensa brasileira.

Sendo praticamente impossível analisar todos os exemplares do periódico desde o início do conflito no Sudão, optei por restringir o corpus da pesquisa aos exemplares mais recentes do jornal. Assim sendo, este estudo terá como suporte as edições do jornal Folha de São Paulo dos meses de agosto, setembro e outubro de 2006. No capítulo que dediquei a uma breve revisão histórica do Sudão estão apresentados alguns episódios recentes que podem ser um indicador de que a situação no país continua grave. Como já explicitado antes, o histórico teve como base páginas de internet de publicações e órgãos internacionais, principalmente italianos e ingleses, que parecem sempre mais atentos e preocupados com as questões africanas.

Voltando às indicações metodológicas de Bardin, o próximo passo sugerido pela autora é a exploração do material levantado. Para ela a fase mais cansativa e demorada do processo de investigação científica. Passei então para a leitura do material para identificação

dos grandes temas possíveis para divisão das categorias ou temas. "As categorias são rubricas ou classes, que reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efectuado em razão dos caracteres comuns destes elementos". (BARDIN, 2004, p.111).

O objetivo mais expressivo da categorização é dar de maneira condensada uma representação dos dados em estado preliminar. Um bom analista será tão bom quanto o desenvolvimento de sua capacidade de categorização. (BARDIN, 2004). As notícias presentes na Editoria Mundo do jornal Folha de São Paulo foram classificadas de acordo com seu enfoque principal dentro das seguintes categorias:

1. América Latina
2. Conflito no Sudão
3. Continente Africano
4. Continente Europeu
5. Estados Unidos da América
6. Guerra no Oriente Médio
7. Iraque e Afeganistão
8. Questão Nuclear
9. Outras Questões

Cada uma das matérias integrantes da amostragem foi lida e separada conforme sua categoria e mês de publicação. Aquelas que se enquadraram na categoria Conflito no Sudão também passaram por um cálculo do número de caracteres. As demais matérias veiculadas na mesma data dentro da editoria Mundo também tiveram seu número de caracteres calculado para posterior comparação de espaço concedido dentro da editoria na data específica.

Para Bardin (2004), a intenção da técnica de análise de conteúdo é inferir sobre o contexto de produção de dado texto e para isso pode recorrer a indicadores quantitativos e qualitativos. Esse trabalho partirá inicialmente de uma quantificação do conteúdo sobre o Sudão publicado na Folha de São Paulo para depois buscar a exploração dos critérios qualitativos dos textos. Dessa maneira, o último processo, mas nem de longe o menos importante, ao qual o pesquisador deve se debruçar é a análise e interpretação dos resultados

obtidos. "O analista, tendo à sua disposição resultados significativos e fiéis, pode então propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objectivos previstos ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas." (BARDIN, 2004, p.95).

O pesquisador é como um arqueólogo que trabalha com vestígios e indícios contidos nos documentos que podem ajudar a compreender o emissor das mensagens e as causas e conseqüências do enunciado. (BARDIN, 2004). É com base nesse aspecto que em minha fase final da pesquisa apresentarei dados externos aos apresentados na Folha de São Paulo para comparar o espaço que ela dedicou a questão do Sudão durante o período estudado. Também apresentarei nesse capítulo algumas considerações sobre a qualidade do conteúdo das matérias veiculadas pelo periódico, analisando se houve contextualização histórica adequada, diversidade nas fontes ouvidas, entre outros aspectos. Será reservado um espaço para análise dos assuntos que dividiram espaço com a questão sudanesa, com a inclusão de um breve resumo dos temas que ocuparam o noticiário internacional nos meses de agosto, setembro e outubro de 2006.

## 6 ANÁLISE DAS EDIÇÕES DA FOLHA DE SÃO PAULO

Como já apontado no capítulo metodológico, foram criadas categorias que agrupassem todas as notícias cujo enfoque principal remetesse a algum destes temas. As categorias estipuladas são: América Latina, Conflito no Sudão, Continente Africano, Continente Europeu, Estados Unidos da América, Guerra no Oriente Médio, Iraque e Afeganistão, Questão Nuclear e Outras Questões.

Em América Latina foram reunidas todas as matérias cujo enfoque principal remetesse a algum dos países do continente americano que falam espanhol, português ou francês, bem como outros idiomas derivados do latim. Em Conflito no Sudão foram agrupados os textos que faziam menção diretamente ao país ou alguma de suas regiões. As matérias que abordaram temas a respeito de países africanos, exceto o Sudão, foram colocadas na categoria Continente Africano. Os países europeus tiveram suas notícias agrupadas em Continente Europeu. A categoria Estados Unidos da América reuniu, obviamente, as matérias cujo enfoque foram acontecimentos ocorridos no país presidido por George W. Bush. O material que se referia à retomada do conflito entre palestinos e israelenses, foi agrupado em Guerra no Oriente Médio. Vale lembrar que as matérias sobre assuntos periféricos ao conflito, como posição da ONU e brasileiros reféns no Líbano também foram agrupadas nesta categoria. Notícias referentes às ameaças de testes nucleares por parte do Irã e da Coreia do Norte e sua repercussão em órgãos como a ONU foram agrupadas em Questão Nuclear. Já os textos com informes sobre a situação de iraquianos e afegãos, bem como de decisões e posições de países ocupantes destes territórios, foram agrupadas na categoria Iraque e Afeganistão. Todas as notícias com enfoque diferente daqueles propostos nas categorias citadas acima foram agrupadas em Outras Questões.

A etapa seguinte à organização da análise e leitura do material escolhido foi a elaboração das estatísticas. Vale lembrar que, para a identificação dos temas noticiados, este trabalho não se preocupou, neste primeiro momento, com o tamanho das matérias publicadas e considerou todas as unidades de notícia da mesma maneira. Assim, um texto de cinco mil caracteres (com espaço) sobre as eleições parlamentares nos Estados Unidos foi contado do mesmo modo que uma matéria sobre o Congo com mil caracteres. As retrancas auxiliares

foram consideradas como uma outra notícia, já que na maioria das vezes trazem um aspecto diferente do assunto.

No total das 31 edições publicadas em agosto de 2006, na editoria Mundo do jornal Folha de São Paulo, percebe-se que os assuntos relacionados ao conflito na região da Palestina predominaram no noticiário internacional. A Folha se deteve em mostrar os estragos que as bombas faziam nos territórios envolvidos no conflito. A situação dos brasileiros na região também ocupou espaço durante as edições desse mês.

Em segundo lugar estão as questões referentes aos países latino-americanos. Boa parte das notícias que entraram nesse grupo tinha como enfoque principal a internação hospitalar que retirou Fidel Castro do poder em Cuba. Discussões sobre a possível sucessão de Fidel e as prováveis ações dos militares e políticos norte-americanos na ilha também foram manchete.

Em terceiro lugar em número de matérias ficou o continente europeu. Boa parte delas voltada a questões inglesas, como alta ou baixa na popularidade do primeiro-ministro e ações governamentais contra novos ataques terroristas.

O Irã deteve a maioria dos textos agrupados na categoria Questão Nuclear. Nesse mês o Irã manteve-se entre os países mais noticiados por suas constantes ameaças de testes com bombas nucleares.

Os problemas enfrentados por afegãos e iraquianos para reconstrução de seus países também ganharam espaço na editoria. A maioria das matérias dava conta dos inúmeros ataques com carros-bomba contra civis e militares americanos e iraquianos. Algumas notícias também falavam do esforço militar e político dos Estados Unidos para continuar com suas tropas no Iraque.

Em agosto, matérias sobre desastres climáticos em países asiáticos estiveram entre os temas diversos mais noticiados, assim como atos e informes da China. Com relação às matérias sobre países africanos podemos dar o tema de cada uma delas, já que são poucas. No dia 7 de agosto, a editoria trazia uma matéria sobre uma enchente na Etiópia que havia deixado 150 pessoas mortas. No dia 21, o resultado das eleições para presidente no Congo foi matéria e no dia 25 a notícia veiculada tratava da aprovação do casamento de um casal de gays na África do Sul. Em 27 de agosto, o jornal reservou espaço para o conflito em Uganda que já se arrasta há mais de 20 anos.

No período de 1º a 31 de agosto nenhuma notícia sobre o conflito no Sudão foi veiculada, nem direta ou indiretamente, no jornal Folha de São Paulo. Já o website da Folha de São Paulo na Internet, o Folha On-line, exibiu oito matérias sobre o assunto. Só no dia 31 de agosto, o leitor do conteúdo on-line do jornal podia encontrar três matérias. Foi nessa data que o Conselho de Segurança da ONU aprovou a resolução a favor da criação de uma força de paz para a região de Darfur.

A partir desse dado podemos presumir que o grupo Folha considera a questão de Darfur importante, tanto que reservou três notícias a respeito do assunto em uma mesma data em seu site de notícias. Mas no momento de decidir o conteúdo da versão impressa, que é entregue na casa de milhares de brasileiros todos os dias, esse tema não está entre as prioridades dos editores. Nesse dia, a versão impressa levava aos leitores da Folha quatorze matérias. Uma delas de relevância discutível: "Âncora comete gafe, e CNN se desculpa", sobre o vazamento do áudio da apresentadora de um telejornal da CNN enquanto era transmitido um discurso do presidente George W. Bush. Segundo deve pensar o chefe da editoria Mundo, essa era uma informação necessária aos leitores da Folha, por isso seu espaço na versão impressa é justificável. No gráfico abaixo é possível identificar melhor o cenário da editoria neste primeiro mês analisado:

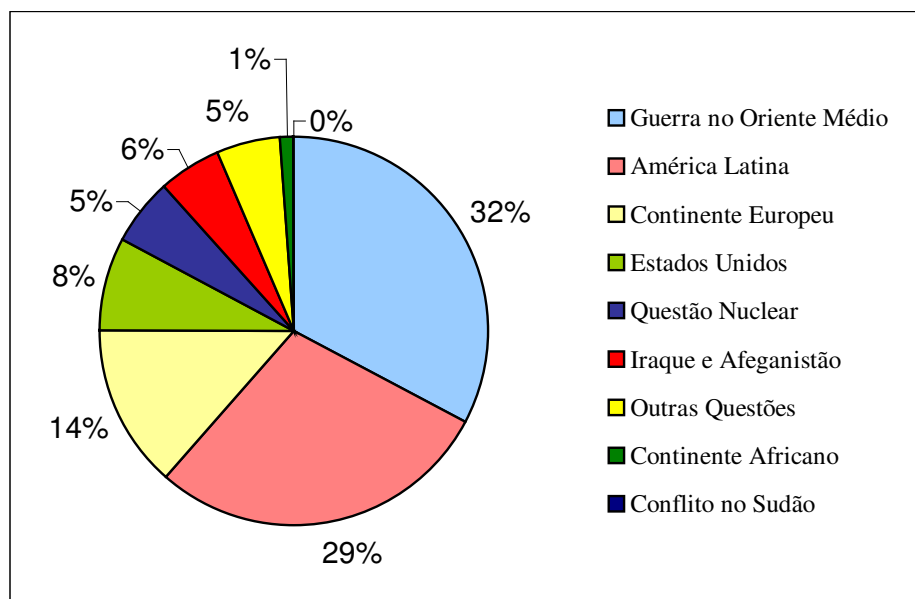


Gráfico 1: Espaço das categorias nas edições de agosto de 2006



Em setembro foram analisadas 30 edições da Folha de São Paulo. A categoria que teve mais notícias publicadas nesse período foi a América Latina. Algumas matérias ainda se detinham em avaliar qual o impacto do afastamento de Fidel Castro. As ações de líderes latino-americanos como Evo Morales e Hugo Chaves também foram exploradas pela editoria nesse período.

As notícias sobre os países europeus detiveram o segundo lugar em número de matérias no mês de setembro. Novamente os acontecimentos ocorridos na Inglaterra obtiveram bom espaço na editoria Mundo.

Com pouca diferença para a categoria acima, as matérias que tiveram como enfoque outros temas não especificados, ficaram em terceira posição. Um grande número de textos foi dedicado a um discurso do Papa Bento XVI proferido em 12 de setembro. O discurso foi encarado por líderes muçulmanos como uma ofensa e surgiram pedidos de retratação do Papa e ameaças à paz entre as religiões no mundo todo.

As matérias relacionadas aos Estados Unidos da América ocuparam mais uma vez um bom espaço da editoria. No aniversário de cinco anos do ataque ao World Trade Center, a editoria Mundo chegou a dar onze matérias em uma mesma edição sobre o assunto. Entre os enfoques abordados estavam o medo dos nova-iorquinos de um novo atentado terrorista e as providências tomadas em aeroportos e lugares públicos para reforço da segurança, além de artigos de analistas sobre as mudanças no mundo no período pós 11 de setembro.

O tema dos conflitos no Iraque e no Afeganistão ganhou um pouco mais de espaço em relação ao mês anterior, mas os enfoques dados aos textos não mudaram de um período para o outro. As ameaças do Irã em fazer testes nucleares e os discursos de seu presidente, Mahmoud Ahmadinejad, em defesa do seu direito em deter materiais para esse fim continuaram a ser as manchetes.

Entre as matérias sobre países africanos, três delas falavam de acordos firmados entre países desse continente com nações desenvolvidas, no caso de Rússia e China. Uma outra nota tinha como tema a sucessão presidencial na África do Sul.

Na edição de 15 de setembro, pela primeira vez no período estudado, encontramos uma matéria sobre o conflito no Sudão. Sob o título "ONU alerta para risco a acordo de paz no Sudão" a Folha de São Paulo apresenta em 112 palavras um relatório da ONU que apontava para os problemas enfrentados pelos sudaneses para solidificação do processo de

paz. O crédito da nota é "Da Redação", não há fonte nem referência a alguma agência internacional de notícias. É a única notícia desta edição que não traz a indicação da fonte das informações. Todas as demais tinham o nome do repórter ou a frase "Com agências internacionais" no pé da página. O texto traz a informação de que, segundo um relatório da ONU, o acordo assinado em janeiro de 2005, que colocaria um fim na guerra civil no país, estava ameaçado. O texto aponta os principais tópicos do acordo que não foram cumpridos, como a realização de eleições e a divisão das receitas do petróleo. A nota também fala do ator George Clooney, que teria feito um apelo na sede da ONU pela manutenção da força de paz que atua no país. A nota não traz informações que possam contextualizar o conflito, nem indicações geográficas. O texto poderia ter se detido nas observações da ONU sobre a resolução do conflito, mas optou por colocar a fala de um astro do cinema engajado em causas sociais. Além disso, nota-se que o texto não passou por revisão já que usa a palavra "foi" na frase "se o mandato das forças internacionais no país não foi renovado no fim do mês milhões serão mortos" onde deveria estar escrito "for". Provavelmente, a nota deve ter sido incluída no momento do fechamento do jornal para "tapar um buraco" da edição, já que erros grosseiros como esse não são muito comuns na editoria. Com um total de 651 caracteres com espaço, o texto é o menor de toda a edição. As outras nove matérias da editoria, juntas, somam mais de 35 mil caracteres.

No dia 16 de setembro, a editoria dedica mais espaço para a questão do Sudão. São dois textos sobre o assunto, que dão continuidade ao que foi exposto na nota do dia anterior. A primeira matéria tem o título "Mortes em conflito no Sudão somam 200 mil, diz estudo". Dessa vez o texto está assinado por Cristiane Carvalho com agências internacionais. São 460 palavras que apontam para o que a ONU considerou em seu relatório como o primeiro genocídio deste século. A repórter coloca essa informação logo no início do texto. Logo depois ela lembra uma recomendação do presidente dos Estados Unidos para o envio de tropas da ONU e menciona a comparação com o caso de Ruanda. Dessa vez, há indicação geográfica da região sobre a qual se está escrevendo "região de Darfur (oeste do Sudão)". A repórter coloca falas dos pesquisadores responsáveis pelo levantamento do número de mortes, onde eles afirmam que estas estão sendo subestimadas pelas estatísticas atuais. Em seguida, as ações do governo norte-americano em prol dos sudaneses são citadas, inclusive com a indicação de frustração do presidente George W. Bush em não conseguir enviar tropas de

capacetes azuis para a região. A posição do premiê britânico, Tony Blair, também é apresentada na matéria, assim como a do porta-voz da Comissão Européia, que temeria um novo genocídio como aconteceu em Ruanda em 1994. A repórter ouviu ainda um especialista em Relações Internacionais que afirmou ser necessário insistir nas negociações. Ao final, ela lembrou o apelo de George Clooney, agora reforçado pelo coro de Elie Wiesel, prêmio Nobel da Paz.

Em um outro texto intitulado "Confronto tem raízes étnicas e econômicas" sob a cartola "Saiba Mais", há informações sobre o início do conflito na região de Darfur. São colocados os números de refugiados e os motivos do confronto entre governo e milícias. Há ainda a indicação do acordo firmado em maio de 2006 e do número de soldados das tropas da União Africana no país. Ao final, o texto lembra que as tropas estão com seu prazo de permanência no país quase esgotado e que soldados da ONU não seriam bem-vindos pelo presidente sudanês.

De maneira geral, os dois textos desta edição trazem informações suficientes para uma rápida contextualização do caso. A repórter procurou ouvir fontes diversas, uma com exclusividade para a Folha. É claro que vários detalhes não puderam ser mostrados ao leitor do periódico, mas os dados levantados foram bem trabalhados no espaço destinado ao Sudão. As outras doze notícias da edição do dia 16 de setembro somaram pouco mais de 22 mil caracteres. As duas matérias sobre o Sudão somaram juntas quatro mil caracteres com espaço.

No dia 18 de setembro, a Folha publicou mais uma nota sobre o conflito no Sudão com o título "Milhares marcham contra violência em Darfur". Dessa vez as manifestações ocorridas, no dia anterior em diversos lugares do planeta, foram o enfoque do texto. Os manifestantes marcharam pedindo intervenção estrangeira na região. A nota tinha 328 caracteres com espaço ou 49 palavras e mais uma vez notamos erros gramaticais. A palavra "marcham" foi escrita com inicial maiúscula quando deveria ter sido escrita com minúscula e o nome da região em conflito foi escrita com letra minúscula quando a regra diz que deveria ter sido escrita com inicial maiúscula. A edição do dia 18 trazia outras 11 matérias somando cerca de 26 mil caracteres com espaço. Nesse cenário, o parágrafo reservado para a marcha a favor do Sudão é muito reduzido, quase sem expressão alguma. Já uma matéria que poderia muito bem estar em uma sessão de curiosidades sobre o presidente uruguaio dividido entre o exercício da medicina e os ofícios de chefe de Estado ganhou um espaço interessante na

editoria, mais de 2.200 caracteres. O gráfico apresenta a porcentagem que cada categoria agrupou no mês de setembro:

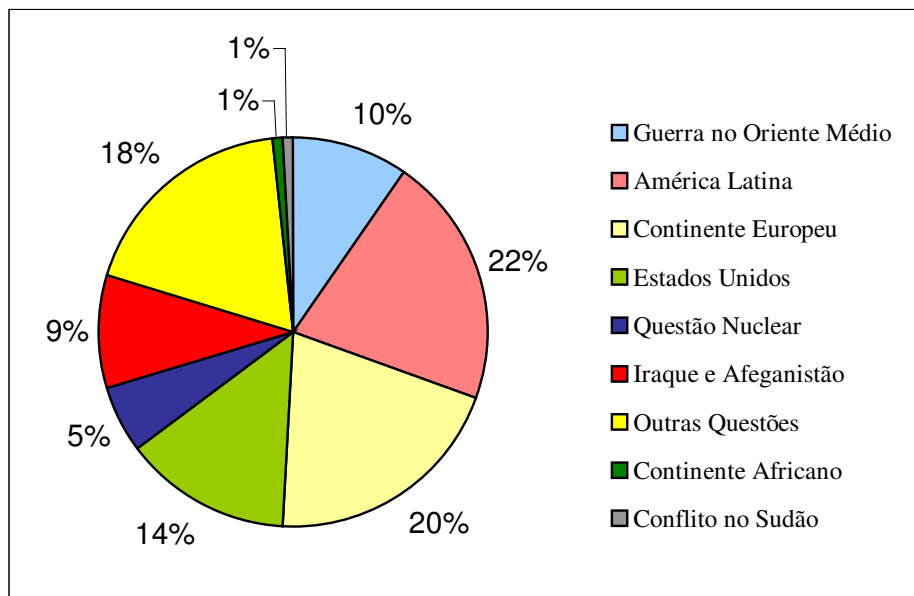


Gráfico 2: Espaço das categorias nas edições de setembro de 2006

Em outubro, último mês analisado, foram consideradas 31 edições. Os países do continente europeu detiveram a maioria das matérias publicadas. Entre as nações que aparecem com maior número de textos está o Reino Unido, assim como já identificado nos outros dois meses. As eleições húngaras ganharam destaque nas edições de outubro, bem como a discussão de fronteira e dos problemas de imigração entre a Rússia e a Geórgia.

A América Latina mais uma vez ocupou um espaço considerável nas edições da Folha de São Paulo. A Argentina, a Venezuela e a Bolívia foram os destaques do mês de outubro. Os Estados Unidos também se mantiveram entre os assuntos mais citados. Já a questão nuclear teve um acréscimo de matérias publicadas por conta de uma declaração do governo da Coreia do Norte. No dia 9, Pyongyang, chefe norte-coreano anunciou ter realizado um teste nuclear no nordeste do país. O assunto gerou muito debate na comunidade internacional. As matérias com esse enfoque no mês de outubro foram mais de 40. A Folha cedeu espaço para a análise de especialistas no assunto e para textos sobre as excentricidades de Pyongyang.

As matérias sobre Outras Questões e com enfoque nas questões do Iraque e do Afeganistão não tiveram grande diferença em relação aos números anteriores. Entre os temas

diversos o único com certa predominância foi a sucessão na ONU. A organização escolheu o sul-coreano Ban Ki-Moon para secretário-geral a partir de janeiro de 2007. Já o conflito na região de Israel teve um decréscimo significativo em relação aos meses anteriores, visto que a situação na região já estava menos complicada e ganhando assim pouco espaço na imprensa.

Os países do continente africano ganharam um bom espaço na editoria, se compararmos o número de matérias com os meses anteriores. Algumas das notícias veiculadas tinham como gancho uma série acordos assinados entre países africanos e a China. Em 22 de outubro, a questão da adoção de crianças africanas ocupou vários parágrafos na Folha. Matéria estimulada pela confusão criada pela cantora Madonna ao adotar de maneira não muito oficial uma criança nascida no Maláui. No dia 27, a notícia de um milionário sudanês que oferecia uma recompensa de cinco milhões de dólares aos políticos honestos da África abriu espaço para uma breve discussão a respeito da crise dos sistemas políticos no continente negro. A morte de 99 pessoas em um acidente de avião na Nigéria também ganhou nota no dia 30 de outubro. O gráfico mostra a distribuição do espaço entre as categorias no mês de outubro:

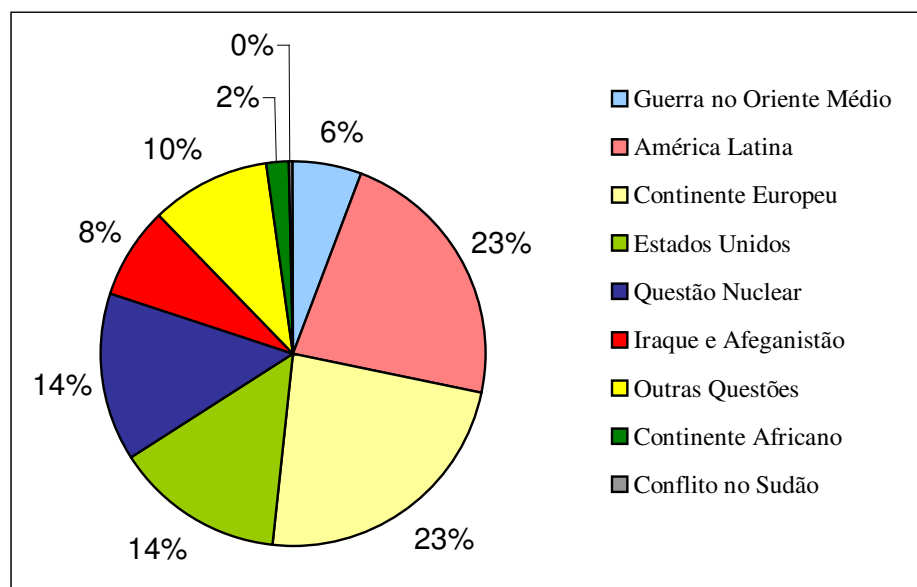


Gráfico 3: Espaço das categorias nas edições de outubro de 2006

O conflito no Sudão foi digno de nota, segundo a Folha de São Paulo, somente quando o enviado especial da ONU foi expulso do país. A notícia tinha o título "Enviado da ONU faz crítica e é expulso" e seu tamanho foi semelhante à nota veiculada sobre a marcha em

setembro. Em 74 palavras, ou 413 caracteres com espaço, a Folha informou a seus leitores que o enviado especial da Organização das Nações Unidas recebeu uma ordem de deixar o país em 72 horas a partir do dia 22 de outubro. Nas poucas linhas, a nota informava o número de mortos no conflito, 200 mil, e que a atitude do governo não foi bem vista dentro do próprio país. No mesmo dia, o jornal reservou mais de 800 caracteres para dar continuidade à cobertura da adoção de um bebê africano pela popstar Madonna. As outras matérias publicadas na data somaram cerca de 20 mil caracteres com espaço.

Para avaliarmos a cobertura da edição impressa da Folha no mês de outubro não é preciso verificar as matérias publicadas por grandes agências de notícia, basta, mais uma vez, compará-la ao conteúdo do site de notícias da Folha On-line. No mesmo período, o internauta pôde ter acesso a nove notícias sobre o país. Entre os títulos das matérias publicadas, podemos destacar "Bush sanciona lei que pune crimes de guerra e genocídio em Darfur", do dia 14, e "Sobreviventes de genocídios pedem apoio a sanções contra o Sudão" do dia 20 de outubro. A situação é semelhante àquela verificada na primeira matéria de setembro tanto no aspecto quantitativo como no qualitativo. Mais uma vez, não há contextualização histórica ou geográfica do conflito. Por meio da nota publicada em outubro, o leitor tem a informação de que muitas pessoas estão preocupadas com as mortes no Sudão, mas não tem como saber desde quando elas vêm acontecendo, quem está morrendo, por qual motivo...

Segue abaixo uma tabela com o número de cada categoria mês a mês:

|                                  | <i>Agosto</i> | <i>Setembro</i> | <i>Outubro</i> |
|----------------------------------|---------------|-----------------|----------------|
| <b>América Latina</b>            | 114           | 84              | 87             |
| <b>Conflito no Sudão</b>         | 0             | 4               | 1              |
| <b>Continente Africano</b>       | 4             | 5               | 8              |
| <b>Continente Europeu</b>        | 55            | 81              | 90             |
| <b>Estados Unidos da América</b> | 31            | 56              | 55             |
| <b>Guerra no Oriente Médio</b>   | 130           | 39              | 22             |
| <b>Questão Nuclear</b>           | 21            | 22              | 55             |
| <b>Iraque e Afeganistão</b>      | 22            | 38              | 30             |
| <b>Outras Questões</b>           | 21            | 74              | 38             |

Tabela 1: Matérias publicadas por categoria no período

## 7 CONCLUSÃO

Este trabalho dedicou-se a analisar o espaço que a Folha de São Paulo destinou ao conflito que está no Sudão, além de verificar como o assunto é abordado nas páginas do periódico. Para tornar este objetivo possível, no primeiro capítulo fez-se uma reflexão teórica sobre a atual ordem político-econômica mundial através da leitura da obra de Noam Chomsky (1996).

Já no segundo capítulo, dados relevantes sobre o Sudão foram elencados. O texto apresentou alguns índices sócio-econômicos, informações de ordem geográfica e um histórico do país e do conflito na região de Darfur. Foi dada uma atenção especial aos acontecimentos mais recentes ocorridos em terreno sudanês. Esta etapa foi fundamental para que fosse possível entender as proporções dos eventos que aconteceram naquela região nos últimos meses.

O objetivo do terceiro capítulo foi relatar de maneira muito sucinta a história e evolução do jornal escolhido como suporte da pesquisa. Utilizando como base o texto de João Batista Natali (2004), este capítulo tentou tratar também de alguns conceitos a respeito do jornalismo internacional discutidos pelo autor em sua obra.

A quarta parte deste trabalho foi ocupada com uma descrição e uma breve revisão histórica da metodologia utilizada. A análise de conteúdo foi muito relevante para a sistematização do trabalho e facilitou a interpretação e organização do conteúdo dos documentos analisados. A partir dessa metodologia, foi possível estabelecer uma ligação entre o material analisado e a teoria explorada nos capítulos anteriores.

Este estudo foi iniciado a partir de uma questão pessoal que já foi apresentada no capítulo introdutório. Mas com a leitura dos textos de Chomsky (1996) e Natali (2004) foi possível identificar que essa motivação estava também relacionada a questões maiores como o interesse dos países desenvolvidos e os critérios de noticiabilidade adotados pela imprensa.

A partir da análise das edições de agosto, setembro e outubro de 2006, percebe-se que a cobertura do conflito no Sudão realizada pelo jornal Folha de São Paulo não foi tão ampla e completa como poderia ter sido feita. O jornal deu apenas cinco oportunidades para que os leitores que recebem o periódico impresso pudessem ficar a par dos acontecimentos no país

africano. E nas vezes que o fez nem sempre deu informações suficientes para que fosse possível compreender o fato que se estava noticiando.

Natali (2004) afirma que os leitores que se interessam por assuntos internacionais são a minoria. Segundo ele são pessoas com padrões sofisticados de interesse. Sua exigência na qualidade dos textos é provavelmente maior que o daqueles cuja atenção se volta apenas para os assuntos rotineiros. Então, se são para esses indivíduos que os repórteres e editores da Folha escrevem suas matérias e organizam suas editorias, os leitores devem estar um tanto insatisfeitos com a cobertura apresentada.

Deve ser complicado para os editores desse periódico explicar porque durante todo o mês de agosto, enquanto o website da Folha na Internet exibiu oito matérias sobre o Sudão, a versão impressa não deu nenhuma linha de espaço para esta questão. Ao verificarmos o breve histórico construído neste trabalho a partir de portais internacionais podemos encontrar a informação de que no mês referido acima o governo sudanês promoveu ataques a grupos rebeldes que obrigaram oito mil pessoas a deixar suas casas na região de Korma. Diante desse ato, o então secretário-geral da ONU, Kofi Annan, fez um pronunciamento condenando a quebra do acordo e reafirmou a urgência na ampliação da missão da União Africana no país. Dias depois, o Conselho de Segurança da ONU aprovou uma resolução a favor da criação da força de paz para a região. Todas essas informações de relevância não foram levadas pela Folha aos seus leitores.

Segundo Natali (2004), os leitores da editoria Mundo têm conhecimentos que vão além daqueles detidos pelos leitores médios ou comuns, que se interessam só pelo preço do pãozinho ou pela posição de seu time na tabela do campeonato. Provavelmente esse tipo de pessoa procura outros meios para manter-se informado. Assim, é possível que ela assine os serviços da Folha pela Internet. Se ela conseguir visualizar que em um mesmo mês o portal na web tinha oito vezes mais dados sobre um assunto do que sua versão impressa, poder ser que ela ache mais prudente (e econômico) somente manter o hábito da leitura das páginas na web e não das impressas. O jornal impresso, que tantos temem cair em desuso, dá assim uma prova de que não consegue acompanhar a diversidade e a rapidez da Internet. Mas será só isso? Temos que fazer também um questionamento de ordem econômica. Muitas vezes lemos e ouvimos uma mesma justificativa: o papel é caro e não há espaço para as notícias de todo o mundo nas páginas dos jornais impressos. Apesar de relevante, essa justificativa não explica o



fato de o Sudão ter sido ignorado naquele mês. Entre o conteúdo das 31 edições foi possível encontrar matérias como a que levava o título "Âncora comete gafe, e CNN se desculpa", já citada no capítulo anterior. Se o papel jornal custa caro, ele deveria ser mais bem utilizado. Essa matéria poderia ser substituída por um outro texto com maior relevância, atitude que deixaria o leitor da Folha mais bem informado sobre o mundo, e não o faria perder tempo com fofocas do mundo jornalístico.

No segundo mês analisado, podemos notar uma maior boa-vontade dos editores do periódico para com os assuntos africanos. O Sudão foi tema de quatro textos. No primeiro deles, como já explicado, a Folha usou algumas palavras para falar sobre um relatório da ONU a respeito da situação no país. Já as outras duas notícias foram de uma profundidade um pouco maior. A repórter preocupou-se em dar dados como número de mortos e refugiados, localização geográfica, e também buscou fontes próprias para dar um panorama da situação em que se encontram milhares de sudaneses. Um espaço especial foi concedido para as preocupações dos líderes de nações desenvolvidas acerca do assunto, além da fala de um grande astro de Hollywood envolvido em causas sociais.

Mas qual foi o factual que desencadeou os dois textos publicados naquele dia? Um relatório da ONU. Podemos entender a partir disso que o Sudão além de ser pouco importante para gastar papel com assuntos a seu respeito, só é digno de nota quando uma grande organização mundial aponta para seus problemas. Será que somente com a publicação do relatório é que as mortes naquele território se encaixaram em algum dos critérios de noticiabilidade usados pela Folha? Pode ser que sim, já que o jornalista Natali (2004) afirma que infelizmente para o jornalismo a queda de um avião de pobres em um país pobre é menos notícia do que a queda de um avião de ricos em um país de Primeiro Mundo. No entanto, alerta Natali, o critério de acessibilidade ao fato também é decisivo para que ele vire manchete. O acesso aos grotões do Sudão deve ser complicado e perigoso como todas as zonas de conflito armado, mas existem várias maneiras de noticiar o assunto sem estar lá. Em sua matéria de 16 de setembro, a repórter Cristiane Carvalho não deve ter encontrado muita dificuldade para entrevistar, com exclusividade, um professor da Universidade do Texas e especialista na questão. Por que isso não aconteceu mais vezes?

Dias depois, os leitores da Folha tiveram a informação de que milhares de pessoas marcharam pedindo atenção para o conflito em Darfur. A nota tinha algumas poucas palavras

sobre o assunto, sem espaço para contextualização. Não havia como saber, a partir do texto, quem eram as pessoas que marcharam em prol dos sudaneses e nem quantas eram exatamente.

Já no último mês analisado, mais uma vez um acontecimento ligado à Organização das Nações Unidas foi o que motivou o periódico a dar espaço para o conflito. A notícia de que o enviado especial da ONU no Sudão tinha sido expulso do país foi dada em algumas linhas, sem muitas explicações ou informações adicionais. Diante de uma manifestação de milhares de indivíduos em todo o mundo e da expulsão do representante da ONU do Sudão, seria prudente e até lógico que os editores da Folha dessem mais atenção à situação no Sudão. Mas isso não foi verificado no período analisado.

Quando nos questionamos se o espaço na folha de papel jornal e a acessibilidade aos fatos seriam os únicos fatores que fazem com que Darfur não seja notícia, chegamos a conclusão de que pensar dessa maneira seria ingênuo demais. É por isso que Chomsky foi usado como embasamento teórico para este trabalho.

A distribuição e a transmissão das informações pelo mundo estão intimamente ligadas a divisão dos países entre ricos e pobres. As grandes agências de notícias estão instaladas em países como Inglaterra e Estados Unidos da América. É desses lugares que saem as decisões sobre o que e como os repórteres farão suas matérias. Visto que a grande imprensa brasileira ainda depende muito dos conteúdos enviados por essas agências, só podemos entender a problemática da falta de diversidade e mesmo de informações por meio das reflexões de Noam Chomsky.

Com Chomsky (1996) e seus textos sobre as mudanças do mundo no período pós-Guerra Fria é possível compreender por qual motivo algumas questões estão no centro de nossas atenções ou não. Chomsky (1996) afirma que a nova ordem mundial é muito parecida com a antiga. Entre os fatores em comum está a concentração do poder e do controle sobre as grandes decisões do mundo nas mãos de um só chefe de Estado. Assim como acontecia antes da queda do Muro de Berlim, a resolução ou não de conflitos civis passa pelos interesses que os Estados Unidos da América têm pela questão. Na nova era vivida por países ricos e pobres o valor de uma vida humana continua ligado ao número de dólares que ela representa. “A vida humana tem valor na medida em que contribua à riqueza e ao poder dos privilegiados.

Os interesses dos homens ricos que governam o mundo é que determinam os contornos básicos da política.” (CHOMSKY, 1996, p.38).

O que temos atualmente é um cenário em que o apelo de países pobres por políticas econômicas mais justas e igualitárias é quase que completamente ignorado pela mídia e pelos países desenvolvidos, e no qual as grandes potências seguem seu intuito de solidificar a vocação dos países da parte sul do globo para a pobreza e o sub-desenvolvimento.

A partir do texto de Chomsky (1996), é possível entender que o avanço ou retrocesso em busca da paz e da justiça dependem, atualmente, das iniciativas das nações ricas. E as agências internacionais de notícias acabam seguindo os caminhos apontados por elas. A cobertura das mazelas do mundo pela imprensa depende de quem está envolvido no conflito e quem poderia estar interessado na resolução ou não desse problema.

Como colocado logo nas primeiras páginas desta análise, sua intenção é dar uma contribuição ao campo de estudo das comunicações. Era sua pretensão dissertar sobre a cobertura internacional da imprensa escrita brasileira e apontar algumas questões muitas vezes esquecidas dentro do próprio jornalismo.

Como último questionamento vale lembrar que o jornalismo exerce poder e influência enorme na sociedade e é também responsável pela construção da opinião dos cidadãos. Por mais que as pesquisas apontem que os leitores da editoria internacional sejam pessoas mais esclarecidas, é preciso ter em mente de que o jornal é lido por diversos públicos e que um dia ou outro a editoria Mundo será alvo da atenção dos leitores comuns. Nesse dia, esse indivíduo precisa encontrar nas páginas do seu jornal um retrato do cenário mundial naquele momento. Ele não pode fechar o jornal, depois de seu café da manhã, e achar que a adoção de um menino africano pela cantora Madonna é o grande problema internacional atual e um dos merecedores de sua atenção.

Natali faz uma afirmação muito relevante nas últimas linhas de seu livro sobre jornalismo internacional quando fala que devemos pensar nos nossos leitores no momento de escolher os assuntos e maneira com que tratamos as questões do noticiário internacional. É preciso informar sim, mas com qualidade e com a consciência de estar contribuindo para a formação de jovens e adultos. No Brasil, onde as desigualdades sociais são tão grandes e a boa educação é um direito de poucos, o jornalismo precisa cumprir o seu papel. Escolher entre ser um expectador dos acontecimentos ou trabalhar para alterar a realidade e levar

justiça e liberdade a um maior número de pessoas são as alternativas que Chomsky (1996) nos oferece. Depende de nossas atitudes de hoje saber se um dia haverá um mundo no qual uma pessoa decente e justa tenha prazer em viver e possa ter certeza que o futuro será próspero para as próximas gerações.

## REFERÊNCIAS

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 3.ed. Lisboa: Edições 70, 2004. 223 p.
- BBC. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/>. Acesso em: 2 nov.2006.
- CHOMSKY, Noam. **Novas e velhas ordens mundiais**. São Paulo: Scritta, 1996. 375 p.
- FOLHA. **Oito décadas de história da Folha, do Brasil e do mundo**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/cronologia.shtml>. Acesso em: 30 out. 2006.
- HAUBERT, Patrícia. **Breve estudo acerca das notícias internacionais veiculadas na grande imprensa brasileira, tendo como base a análise de conteúdo da editoria mundo dos jornais "O Globo" e "O Estado de São Paulo"**. 1997. 121 p.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. 2924 p.
- NATALI, João Batista. **Jornalismo internacional**. São Paulo: Contexto, 2004. 127 p.
- PEACE REPORTER. **Sudan**. Disponível em: [http://www.peacereporter.net/dettaglio\\_mappamondo.php?idc=8&idm=1&menu\\_aree=34](http://www.peacereporter.net/dettaglio_mappamondo.php?idc=8&idm=1&menu_aree=34). Acesso em: 10 ago. 2006.
- PEREIRA, Tatiana Klix. **O mundo impresso: leitura das notícias das editorias internacionais em três jornais brasileiros**. 1998. 111 p.
- PLAUT, Martin. **Campanha nos EUA organiza boicote ao governo do Sudão**. Londres, 2006. Disponível em: [http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2006/10/061007\\_darfur\\_campanha\\_dg.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2006/10/061007_darfur_campanha_dg.shtml). Acesso em: 2 nov.2006.
- UNICEF. **Sudan - Informazioni sul paese**. Disponível em: <http://www.unicef.it/flex/cm/pages/ServeBLOB.php/L/IT/IDPagina/2201>. Acesso em: 2 nov.2006.
- WAR NEWS. **Archivio Notizie**. Disponível em: <http://www.warnews.it/index.php/content/blogsection/9/29/>. Acesso em: 2 nov. 2006.

## ANEXO

Matérias sobre o Sudão publicadas pela Folha de São Paulo no período estudado

Matéria de 15 de setembro de 2006

## **ONU alerta para risco a acordo de paz no Sudão**

DA REDAÇÃO

O acordo que pôs fim a 21 anos de guerra civil no sul do Sudão corre risco de perder efeito, alertou ontem um relatório da ONU. Seus principais pontos, como a realização de eleições e a divisão das receitas do petróleo, não foram cumpridas, diz o dossiê.

O acordo foi assinado em janeiro de 2005 entre o governo de Cartum e o Movimento de Libertação do Sul do Sudão.

O ator George Clooney, do grupo "Salve Darfur", alertou na ONU que se o mandato das forças internacionais no país não foi renovado no fim do mês milhões serão mortos, em mais um massacre do que chamou de "primeiro genocídio do século 21".

Matéria de 16 de setembro de 2006

## **Mortes em conflito no Sudão somam 200 mil, diz estudo**

**Disputa entre rebeldes e milícia pró-governo é considerada 1º genocídio do século**

Bush sugere envio de tropas da ONU a Darfur ainda que governo não aceite; conflito evoca comparações com o massacre em Ruanda

**CRISTIANE CARVALHO**

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

Um estudo sobre o conflito que se estende há mais de três anos na região de Darfur (oeste do Sudão) concluiu que ele já provocou a morte de pelo menos 200 mil pessoas. O levantamento sobre o primeiro genocídio do século -conforme definição da ONU- foi publicado ontem na principal revista científica dos EUA, a "Science".

Segundo o sociólogo John Hagan, da Universidade Northwestern, que realizou a pesquisa com o também sociólogo Alberto Palloni, governos, organizações humanitárias e jornalistas subestimam o número de vítimas do confronto. "Concluimos que ele é da ordem de centenas de milhares, e não dezenas de milhares." O estudo combinou pesquisas realizadas em campos de refugiados a levantamentos da Organização Mundial da Saúde e do Departamento de Estado americano.

Ontem, o presidente dos EUA, George W. Bush, sugeriu enviar uma força de paz a Darfur mesmo sem o consentimento do governo do Sudão. Ele se disse "frustrado" com a falta de progresso do plano de enviar 20 mil soldados ao país, aprovado por resolução da ONU. Minimizando a forte resistência do país africano às tropas, disse: "Há outras alternativas, como aprovar uma resolução dizendo: "Estamos entrando com uma força da ONU para salvar vidas".

O premiê britânico, Tony Blair, sugeriu propor um pacote de incentivos ao governo para que ele aceite as tropas, deixando claro que uma recusa poderia trazer "conseqüências".

"Conversarei com outros líderes para chegar a um acordo sobre incentivos que o Sudão pode esperar caso cumpra suas obrigações e sobre o que acontecerá se não o fizer."

A União Européia também pressiona o país. "Sem a ONU, iremos em direção a outra Ruanda", disse o porta-voz da Comissão Européia, Amadeu Altajaf, referindo-se ao genocídio de 800 mil em 1994.

Para Alan Kuperman, professor de Assuntos Públicos na Universidade do Texas e especialista em Relações Internacionais, que há anos acompanha o conflito, não se pode culpar só o governo pelo massacre. "Isso é simplista demais. Não se pode esquecer que grupos rebeldes se recusaram a assinar um acordo em maio, mesmo isso significando a

continuidade do genocídio do seu povo", disse à Folha. "Temos que conseguir que eles sentem à mesa para negociar", afirmou.

"E é preciso deixar claro para o governo: "Se vocês combaterem os rebeldes com forças legais, isso será tolerado. Mas não vamos tolerar que vocês armem milícias, que neguem ajuda humanitária e, se vocês continuarem, serão punidos"."

Anteontem, em sessão da ONU, o Nobel da Paz Elie Wiesel e o ator George Clooney pediram uma ação mais incisiva em Darfur. Com agências internacionais

*Saiba mais*

## **Confronto tem raízes étnicas e econômicas**

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

O atual conflito em Darfur teve início em fevereiro de 2003, quando rebeldes da região pegaram em armas contra o governo muçulmano, acusando-o de discriminar a população não-árabe do país.

Em resposta, a administração passou a fornecer armas a uma milícia, a Janjaweed, dando início a uma verdadeira campanha de limpeza étnica. Mais de 2 milhões tiveram de deixar suas casas.

O conflito remonta aos anos 80, quando teve início uma guerra civil que vitimou principalmente muçulmanos, e mistura sentimento de vingança e diferenças religiosas, étnicas e socioeconômicas: entre cristãos e muçulmanos, entre árabes e africanos e entre nômades e proprietários de terra. Há ainda a disputa pelos recursos naturais do país.

Apesar da presença de petróleo, a maioria absoluta da população é miserável.

Em maio deste ano, o principal grupo rebelde assinou um acordo com o governo, mas os demais continuaram a combatê-lo. Atualmente há uma força da União Africana com 7.000 homens em Darfur, mas seu mandato expira no dia 30. O presidente Hassan al Bashir só aceita extendê-lo caso ela continue sob controle africano, enquanto a ONU pretende substituí-la por 20 mil soldados seus.

---

Matéria de 18 de setembro de 2006

## **Milhares Marcham contra violência em darfur**

Centenas de milhares de pessoas participaram ontem em vários países do mundo de protestos contra a violência na região de Darfur, exigindo intervenção estrangeira. Houve manifestações em Nova York, com dezenas de milhares de pessoas, em Londres e no Camboja, entre outras localidades.

---

Matéria de 23 de outubro de 2006

## **Enviado da Onu faz crítica e é expulso**

O governo do Sudão deu ontem 72 horas para o enviado da ONU Jan Pronk deixar o país, após ele dizer que o Exército sofreu duas derrotas na região de Darfur e que o governo desobedece acordo de paz. A disputa entre rebeldes e milícias apoiadas pelo governo já matou 200 mil. O principal partido aliado ao governo criticou a decisão, de "confronto à comunidade internacional".